

Maria Beatriz de Almeida Magalhães

POETOPOS:
CIDADE, CÓDIGO E CRIAÇÃO ERRANTE

Tese apresentada ao Departamento de Estudos Literários
da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Letras: Estudos Literários.
Área de Concentração: Literatura Comparada

Orientador: Professor Doutor Mauricio Salles Vasconcelos
Universidade de São Paulo – USP
Orientador no exterior: Professor Doutor Iain Chambers
Università degli Studi di Napoli - L'Orientale

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

M188p Magalhães, Maria Beatriz de Almeida.
Poetopos [manuscrito]: cidade, código e criação errante /
Maria Beatriz de Almeida Magalhães. – 2008.
330 f., enc.: il. color., p&b., fots., maps.

Orientador: Maurício Salles Vasconcelos.

Co-orientador: Iain Chambers.

Área de concentração: Literatura Comparada.

Linha de Pesquisa: Literatura e outros Sistemas Semióticos.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 323-330.

1. Planejamento urbano – Teses. 2. Arquitetura e literatura – Teses. 3. Arte e literatura – Teses. 4. Belo Horizonte (MG) – Teses. 5. Nápoles (Itália) – Teses. I. Vasconcelos, Maurício Salles. II. Chambers, Iain. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD : 809.933



Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários
Caixa Postal 905 – Tel: (31) 3499-5112 – Fax: (31) 3499-5490
Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte – MG – e-mail: poslit@letras.ufmg.br



Tese intitulada *Poetopos: cidade, código e criação errante*, de autoria da Doutoranda MARIA BEATRIZ DE ALMEIDA MAGALHÃES, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Maurício SV

Prof. Dr. Maurício Salles de Vasconcelos - USP - Orientador

Olga Chain Féres Matos

Prof. Dra. Olgária Chain Féres Matos - USP

Aginaldo Aricê Caldas Farias

Prof. Dr. Aginaldo Aricê Caldas Farias - USP

Eliana LL Reis

Prof. Dra. Eliana Lourenço de Lima Reis - FALE/UFMG

Teodoro Rennó Assunção

Prof. Dr. Teodoro Rennó Assunção - FALE/UFMG

ANA MARIA CLARK PERES
Prof. Dra. ANA MARIA CLARK PERES
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG

Belo Horizonte, 14 de março de 2008.

Em memória de meu pai,
José Diogo de Almeida Magalhães

Para meus filhos,
Gustavo, Carolina, Gilberto e Manuel

Agradecimentos a

Maurício Salles Vasconcelos
e Iain Chambers,
pela profícua orientação

Rodrigo Ferreira Andrade,
pela fecunda interlocução

Gerson Alvim Pessoa,
Manoel Teixeira Azevedo Júnior
e Edésio Fernandes Júnior,
pela cessão de fotos fundamentais

FAPEMIG
e CAPES,
pelas bolsas concedidas

Iniciado o caminho, consumada está a viagem.

Georg Lukács



FIGURA 1: Geraldo Alves na calçada do Colégio Arnaldo, na Av. Bernardo Monteiro.
Fonte: AZEVEDO Jr., Manoel Teixeira; FERNANDES Jr., Edésio, 1984.

P O E T O P O S : CIDADE, CÓDIGO E CRIAÇÃO ERRANTE

Quando o sol levantar, abrasando como a divindade da ira, abre-se a cidade, e nas faces dos habitantes ele verá talvez mais deserto, mais sujeira, mais embuste e mais insegurança do que fora de portas – e o dia será quase pior que a noite. Isto pode, na verdade, ocorrer a um Peregrino; mas depois virão, como recompensa, manhãs deleitosas, noutra paragem e noutra dia, onde, através do dilúculo, verá bandos de musas bailarem perto, na névoa das montanhas [...]. Friedrich Nietzsche

RESUMO

Poetopos: cidade, código e criação errante verifica intervenções urbanas literárias e artísticas levadas a efeito em Belo Horizonte por não-cidadãos que compõem linguagens em extrema oposição à linguagem pronunciada pela cidade, foco de estudo anterior, de base foucaultiana. *Belo Horizonte: um espaço para a República* identificou, na materialidade da cidade, a repetição espacial do código positivista, sintetizado na Lei dos Três Estados, de Auguste Comte: a superação do Natural pela Ordem e para o Progresso. A fundação *in toto* de uma cidade, procedimento inédito no Brasil, foi promovida pelo Estado. A pretensão era, com a nova Capital, consubstanciar Minas Gerais política e economicamente na Federação, demonstrando a confirmação dos princípios republicanos, a conformação da nacionalidade e a consolidação da condição pós-colonial.

A tese contava com bolsa da FAPEMIG e recebeu, por indicação do orientador, o Professor Maurício Salles Vasconcelos, a co-orientação do Professor Iain Chambers, da Università degli Studi di Napoli - L'Orientale, em bolsa então concedida pela CAPES. Ali, no Dipartimento di Studi Americani, Culturali e Linguistici daquela Universidade, ganhou reforço na consideração dos impactos da concepção racionalista de Belo Horizonte.

Entrementes, a estada em Nápoles, vivenciada por Asja Lacin e Walter Benjamin e definida no texto “Nápoles” como “porosa”, ensejou também identificar a cidade como um espaço “liso” e “nomádico”, com apoio nos conceitos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, em “Tratado de Nomadologia”, configuração antitética, portanto, ao *logos* belorizontino, “estriado” e “sedentário”.

A experiência napolitana, a um tempo teórica e sensorial, foi útil no entendimento da apropriação do espaço estriado para o exercício literário e artístico nomádico, carente de abordagens específicas, e motivou investigar conseqüências da condição original de Belo Horizonte na literatura formalmente produzida na cidade.

Logo no primeiro romance aqui escrito, *A Capital*, do anarquista Avelino Fóscolo, bisneto do escritor italiano Ugo Foscolo, o espaço tem não só função diferente da habitual, emprestar cenário a eventos, personagens e ações de um enredo, mas forma diferente: a sua construção literária, benjaminiana *avant la lettre*, elege protagonista a cidade também em construção e a apresenta “fantasmagórica”, sintoma instantâneo da coerção do Estado. A literatura mostra-se, assim, um instrumento imediato de transgressão dos limites que, sem apelo, haviam sido impostos: a destruição do arraial, o constrangimento da população, desapropriada e deslocada, e o artificialismo da nova constituição espacial e populacional, ordenada e geométrica, em ruptura com a tradição urbana brasileira, espontânea e orgânica.

Na seqüência, em segundo tempo de forte intervenção estatal local, então no nível da formação das mentalidades, de maior investimento no letramento, a década de 1930, foram identificados três romances em insólitas relações com a cidade. E, por fim, encontrou-se surpreendente paralelismo da poética de um errante com uma poética produzida na cidade ao princípio dos anos 1960, limiar do período de exceção, poética que, problematizando e integrando a forma, arrostou os códigos oficiais em corrosivo arremedo.

À linguagem espacial **conspícua** do Estado, opõe-se radicalmente uma *poiesis*, nomádica, desacomodada, contingente e **lábil**, exorbitada dos limiares institucionais e suscitada pela absoluta impertinência e exterioridade. A despeito de exercida *extra-mundus*, no *i-mundus*, com resíduos no espaço residual da cidade, ilumina a *poiesis* intermediária, sedentária, incomodada, insurgente e **ambígua**, exercida em pertinência e fricção com a cidade, suscitada pela origem e desenvolvimento desta na interioridade do Estado.

O confronto especular tríplice – em que isto signifique visão deformada, invertida, superficial e intransponível – exhibe, estira e mensura uma relação peculiar de linguagens. Abre, em simultaneidade, a Cidade/Livro do Estado/Autor, a Cidade/Livro do Cidadão/Autor e a Cidade/Livro do Não-Cidadão/Livre Criador.

SUMMARY

Poetopos: city, code and wanderer's creation verifies literary, as artistic, urban interventions brought into effect by non-citizens in Belo Horizonte, which compose languages in extreme opposition to the pronounced language by the city, aim of a previous study of Foucaultian basis. *Belo Horizonte, um espaço para a República* identified in the city's materiality the spatial repetition of the positivist code, which was synthesized in the Auguste Comte's three-states law: the overcoming of the Natural by the Order and towards the Progress. The foundation *in toto* of a city, a new procedure in Brazil, was promoted by the state. With the new capital, the intention was to consubstantiate Minas Gerais politically and economically in the Federation, by the confirmation of the republican principles, in the conformation of the nationality and the consolidation of the post-colonial status.

The thesis received financial support from FAPEMIG and, by suggestion of the advisor, Prof. Maurício Salles Vasconcelos, it was co-advised by Prof. Iain Chambers of Università degli Studi di Napoli - L'Orientale, with a scholarship granted by CAPES. There, at the Dipartimento di Studi Americani, Culturali e Linguistici of that University, it gained thrust towards the consideration of the impacts from this rationalist conception of Belo Horizonte.

Meanwhile, the stay in Naples, experienced by Asja Lacis and Walter Benjamin and defined in the text "Naples" by the "porosity", enhanced the identification of that city as a "smooth" and "nomadic" urban space, referred under the concepts of the "Treatise on Nomadology" by Gilles Deleuze and Felix Guattari. This was an antithetic configuration, therefore, to the "striated" and "sedentary" space of the belorizontinian *logos*.

The Neapolitan experience, theoretical and sensorial at the same time, was useful to understand the appropriation of the striated space for the literary and artistic aspects of the nomadic exercise, which was void from specific approaches, and motivated the investigation of the consequences of Belo Horizonte's original condition in the literature formally produced in the city.

From the first romance written there, *A Capital*, by the anarchist Avelino Fóscolo, grand-grandson of the Italian writer Ugo Foscolo, the space has a different function from the habitual one, that was to lend scenery to events, persons and actions from a plot, but in a different way: the literary construction, which is Benjaminian *avant la lettre*, elects the city in construction as a protagonist and presents it as “phantasmagoric”, a instantaneous symptom of the state coercion. The literature presents itself as an immediate instrument of limit transgression, a construction that was imposed without a call: the destruction of the existing arrayal (villa) and the constraint caused by the dislocation of the population and by the artificialism of the spatial and populational formation, both ordered and geometric, which was disrupted from the Brazilian urban tradition, both spontaneous and organic.

Next, in the 1930's, at the mentality formation level, three romances in insolite relations to the city were identified in a second time of strong local state intervention, and formal education at a greater level. And, finally, an astonishing formal parallelism of the wanderer poetry was found with the poetry produced by the city in the early 1960's, threshold of the exception regime, which gazed the official codes in a corrosive thrust, puzzling and integrating the form.

The **conspicuous** state spatial language opposes radically to a nomadic, outsider, contingent and **labile poiesis**, exorbitant from the institutional thresholds and raised by the absolute impertinence and exteriority. Despite from being exerted *extra-mundus*, in the *i-mundus*, with residues in the residual space of the city, it illuminates the intermediate sedentary, uneasy, raising and **ambiguous poiesis**, exerted in pertinence and friction with the city, which is raised by its origin and development in the state interiority.

The triple mirroring confront – whether that means an inverted, surfacing and insurmountable vision – exhibits, stretches and mensurates a peculiar relation of languages. The City/Book of the State/Author, the City/Book of the Citizen/Author and the City/Book of the Non-Citizen/Free Creator are simultaneously opened.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

POETOPOS: CIDADE, CÓDIGO E CRIAÇÃO ERRANTE	
FIGURA 1: Geraldo Alves na calçada do Colégio Arnaldo, na Av. Bernardo Monteiro.	5
FIGURA 2: Geraldo Alves na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na esquina da Av. Prof. Alfredo Balena com R. Paraíba.	20
O ESTRANHO INSCRITO NA CIDADE	
FIGURA 3: Geraldo Alves na Av. Bernardo Monteiro, em frente ao Colégio Arnaldo.	21
FIGURA 4: Geraldo Alves na calçada do Instituto de Educação.	22
FIGURA 5: Antônio no lote vago da Av. Francisco Deslandes, vindo da coleta.	23
FIGURA 6: instalação de Nondas no canteiro central da Av. Antônio Carlos.	24
FIGURA 7: instalação de desconhecido em fachada da Rua Niquelina.	25
FIGURA 8: detalhe da escrita da Rua Niquelina.	26
FIGURA 9: Beto em seu trabalho, na Avenida do Contorno, Centro.	27
CIDADE LEI, CIDADE LEGENDA: REGISTROS EFÊMEROS	
FIGURA 10: escrita-passadeira de Geraldo Alves ao longo de calçada.	30
FIGURA 11: frontão do Palácio da Liberdade e bandeira do Estado de Minas Gerais.	31
FIGURA 12: a escrita de Geraldo Alves na Av. Prudente de Moraes.	32
FIGURA 13: frontão da Secretaria da Educação na Praça da Liberdade.	33
FIGURA 14: o desenho de Geraldo Alves na Rua Espírito Santo.	33
FIGURA 15: fotos do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital.	39
FIGURA 16: foto do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora do Bairro dos Funcionários.	40
FIGURA 17: Construção das Secretarias de Estado na Praça da Liberdade.	40
FIGURA 18: Rua da Bahia vista do Bairro da Floresta.	41
FIGURA 19: renques de <i>Dillenia speciosa</i> na Rua Timbiras em fevereiro de 1914.	41
FIGURA 20: Parque, Zona Urbana, Zona Suburbana e a Lei dos Três Estados de Auguste Comte.	48
FIGURA 21: elevações das três Secretarias de Estado em projeto da Comissão Construtora.	49
FIGURA 22: duas das três Secretarias de Estado construídas pela Comissão Construtora na Praça da Liberdade.	50
FIGURA 23: Solar Narbona e Palacete Dantas, na Praça da Liberdade.	51

FIGURA 24: busto da República e emblema do Estado de Minas Gerais.	52
FIGURA 25: frontão da Imprensa Oficial com as armas da República.	52
FIGURA 26: tubulação pluvial em uma das Secretarias e ornato com barrete frígio no Palácio da Justiça.	53
FIGURA 27: esfera com tarja e o dístico <i>Ordem e Progresso</i> em casa na Av. Oiapoque.	53
FIGURA 28: frontão da casa de Carlo Antonini, na esquina da Rua da Bahia com a Rua Bernardo Guimarães.	54
FIGURA 29: busto da República com barrete frígio e faixa da <i>Ordem e Progresso</i> .	55
FIGURA 30: capa de folheto propagandístico publicado na Itália.	60
UM BELO HORIZONTE LETRADO E ORDENADO	
FIGURA 31: a escrita de Geraldo Alves sob gradil do Grupo Escolar Pedro II.	67
FIGURA 32: a escrita de Geraldo Alves na balaustrada do Instituto de Educação.	67
FIGURA 33: a escrita de Geraldo Alves na esquina de Rua São Paulo com Rua Gonçalves Dias.	69
FIGURA 34: instalação de Antônio na Av. Francisco Deslandes.	69
FIGURA 35: instalação de Nondas na Av. Antonio Carlos.	69
FIGURA 36: detalhes do desenho de Geraldo Alves.	73
FIGURA 37: instalação de Antônio na Av. Francisco Deslandes.	74
FIGURA 38: instalações de Nondas na Av. Antônio Carlos e na Rua Assis das Chagas.	74
FIGURA 39: Villa Boa de Goyas, original de 1751.	75
FIGURA 40: o arraial do Bello Horizonte em 1895.	75
FIGURA 41: S. Sebastião Nas Geraez, original de 1732.	76
FIGURA 42: A antiga e a nova Capital de Minas Gerais.	79
FIGURA 43: Planta Cadastral do Arraial de Bello Horizonte, 1894.	80
FIGURA 44: o Bello Horizonte.	80
FIGURA 45: a Comissão Constructora da Nova Capital em 1895.	81
FIGURA 46: Planta Geral da Cidade de Minas, de 1895.	81
FIGURA 47: modos de articulação do espaço superpostos no projeto de Capital.	82
FIGURA 48: plano de Meton para Atenas segundo a descrição de Aristófanés.	83
FIGURA 49: a Praça Raul Soares em Belo Horizonte.	83
FIGURA 50: guache de Pedro Nava em exemplar de Macunaíma.	84
FIGURA 51: formações urbanas coloniais portuguesas e espanholas típicas.	88

FIGURA 52: planta de Mendoza, na Argentina, século XVI.	88
FIGURA 53: Tenochtitlan, século XVI.	89
FIGURA 54: Cidade do México, erguida sobre Tenochtitlan.	89
FIGURA 55: o paradoxo barroco, o olhar levado ao infinito, o infinito trazido ao olhar.	91
FIGURA 56: centro do plano de Quito, Equador, séc. XVIII.	92
FIGURA 57: detalhe do centro do poder em Belo Horizonte.	92
MINAS, CAPITAL DO SÉCULO XIX: FANTASMAGORIA E POIESIS	
FIGURA 58: Em 1896, aplainado o Alto da Boa Vista, vão sendo erguidos o Palácio da Liberdade e as Secretarias.	95
FIGURA 59: a Nova Capital.	98
FIGURA 60: a Favela do Alto da Estação, hoje Bairro da Floresta.	108
FIGURA 61: inauguração da Cidade de Minas, Praça da Estação.	109
CIDADE PEDAGÓGICA: GRUPO DOS JOVENS LITERATOS OFICIAIS	
FIGURA 62: lago no Espaço do Amor, o Parque, “central” do projeto, e o prédio dos Correios, no Espaço do Progresso.	116
FIGURA 63: roseira Mil Maravilhas na Praça da Liberdade.	119
FIGURA 64: a antiga Praça da República, atual Praça Afonso Arinos.	120
FIGURA 65: Av. Amazonas, esquina com Rua Espírito Santo.	121
FIGURA 66: Av. Afonso Pena, esquina com Rua dos Tamoios.	123
FIGURA 67: Praça da Liberdade, em sua forma original.	124
FIGURA 68: Praça da Liberdade, após a reforma de 1920.	124
FIGURA 69: Praça da Liberdade, já com a Secretaria de Segurança Pública.	127
FIGURA 70: exemplar do livro República Decroly.	128
FIGURA 71: Rua da Bahia, esquina com Av. Afonso Pena.	134
FIGURA 72: abertura da continuidade da Avenida do Contorno na direção Oeste.	137
FIGURA 73: vista da Avenida Afonso Pena a partir da Feira de Amostras.	141
FIGURA 74: rapazes no Bar do Alemão, na década de 1930.	142
FIGURA 75: da janela da Secretaria da Agricultura, Belmiro vê o casario da Rua Paraibuna no alinhamento do Col. Sagrado Coração de Jesus.	143
FIGURA 76: cartografia de <i>O amanuense Belmiro</i> .	145
BELO HORIZONTE, NÁPOLES: RUA DE MÃO DUPLA	
FIGURA 77: criação a giz de Geraldo Alves em rua de Belo Horizonte.	160
FIGURA 78: cópia de quadro sacro a giz na Via Toledo, em Nápoles.	160

FIGURA 79: instalação de Cerith Wyn Evans, no CACI, Inhotim, Brumadinho.	178
FIGURA 80: “Piccoli Pescatori”, de Gaetano Capone, no Caffè Gambrinus, Nápoles.	179
FIGURA 81: <i>graffiti</i> no centro histórico.	182
FIGURA 82: <i>graffiti</i> no centro histórico.	183
IMAGENS DO PENSAMENTO: NÁPOLES 2006, “UM TIPO DE ÁLBUM”	
FIGURA 83: iconografia do Silêncio no claustro de Santa Clara, Nápoles.	185
FIGURA 84: <i>stencils</i> no centro histórico de Nápoles.	186
FIGURA 85: <i>graffiti</i> no centro histórico.	187
FIGURA 86: <i>stencil</i> na Spaccanapoli (Via Benedetto Croce).	188
FIGURA 87: paródia da <i>Santa Ceia</i> em cantina no centro histórico.	188
FIGURA 88: fogos de artifício sobre Nápoles.	189
FIGURA 89: casario e igreja em Montesanto.	189
FIGURA 90: escultura no Museo di San Martino.	189
FIGURA 91: <i>fontana</i> no centro histórico.	190
FIGURA 92: <i>stencil</i> em vão de porta no centro histórico.	190
FIGURA 93: portão de garagem grafitado em Montesanto.	191
FIGURA 94: Piazza Cavour.	192
FIGURA 95: praia da Mergellina.	192
FIGURA 96: vista do belvedere da Certosa di San Martino.	192
FIGURA 97: vista da Via Mergellina.	192
FIGURA 98: subterrâneo no centro histórico.	193
FIGURA 99: entrada do Cimitero di Fontanella.	193
FIGURA 100: residências escavadas no tufo, Montesanto.	193
FIGURA 101: cais Mergellina.	194
FIGURA 102: Via dell’ Anticaglia.	194
FIGURA 103: rua em escadaria no centro histórico.	195
FIGURA 104: passadiço no centro histórico.	195
FIGURA 105: Via Pasquale Scura em Montesanto.	195
FIGURA 106: piazzetta em Materdei.	195

FIGURA 107: hotel na Via Partenope.	196
FIGURA 108: Piazza Carità.	196
FIGURA 109: esquina em Materdei.	197
FIGURA 110: esquina no centro histórico.	197
FIGURA 111: loja na Via dei Tribunali.	197
FIGURA 112: Fontana del Nettuno na Via Medina.	198
FIGURA 113: igreja San Lorenzo Maggiore.	198
FIGURA 114: igreja em Sanità.	198
FIGURA 115: vista do belvedere do Certosa di San Martino.	199
FIGURA 116: Piazza del Gesù.	199
FIGURA 117: Montesanto.	199
FIGURA 118: Spaccanapoli (Via Benedetto Croce).	200
FIGURA 119: cantina na Piazza Montesanto.	200
FIGURA 120: Piazza Cavour.	201
FIGURA 121: Montesanto.	201
FIGURA 122: centro histórico.	201
FIGURA 123: “L’insaziabile fame dell’inconscio”, di Gianni Molaro, na Via Santa Caterina, Piazza dei Martiri.	202
FIGURA 124: Via Portamedina, Montesanto.	202
FIGURA 125: Via Mergellina.	203
FIGURA 126: Palazzo Tarsia, Montesanto.	203
FIGURA 127: muro em Montesanto.	204
FIGURA 128: porta de loja no centro histórico.	204
FIGURA 129: desenho na Via Toledo.	204
FIGURA 130: desenho na Via Toledo.	205
FIGURA 131: desenho na Via Toledo.	205
FIGURA 132: desenho na Via Toledo.	206
FIGURA 133: desenho na Via Toledo.	206
FIGURA 134: desenho a giz na Via Toledo.	207
FIGURA 135: desenho a giz na Via Toledo.	207

FIGURA 136: cantina na Via Foria.	208
FIGURA 137: calçada na Via Foria.	208
FIGURA 138: piso da Galeria Umberto I.	208
FIGURA 139: cabeça e pertences bovinos cozidos servidos em banca do porto.	209
FIGURA 140: músicos ambulantes na Via Materdei.	209
FIGURA 141: miniatura de carreta com xilofone.	210
FIGURA 142: músico ambulante em Montesanto.	210
FIGURA 143: banda de música na Chiaia.	211
FIGURA 144: moradores no Pendino Santa Barbara.	211
FIGURA 145: noivos na Via Mergellina.	212
FIGURA 146: engraxate na Via Toledo.	212
FIGURA 147: menino residente no centro histórico.	212
FIGURA 148: Stazione Mergellina.	213
FIGURA 149: vendedor de amoras colhidas no Vesúvio.	213
FIGURA 150: Salita Pontecorvo.	214
FIGURA 151: Montesanto.	214
FIGURA 152: tela no Caffè Gambrinus.	214
FIGURA 153: varal com sapatos sobre a Via Nilo.	215
FIGURA 154: varal com roupas sobre via em Montesanto.	215
FIGURA 155: <i>agrumi</i> , frutos cítricos.	216
FIGURA 156: fogos de artifício sobre Nápoles.	216
FIGURA 157: fogos de artifício sobre Nápoles.	217
FIGURA 158: fogos de artifício sobre Nápoles.	217
FIGURA 159: lixo acumulado nas ruas de Montesanto.	218
FIGURA 160: jogo de cartas em associação.	218
FIGURA 161: ambulantes na Piazza del Gesù e na Corso Umberto.	219
FIGURA 162: bancas de feira na Via Pignasecca.	220
FIGURA 163: bibelô e cena de rua em Materdei.	221
FIGURA 164: bazar de alimentos na Via Benedetto Croce.	221
FIGURA 165: Galeria Umberto I.	222

FIGURA 166: Via Toledo.	223
FIGURA 167: banca de ambulante na Via Toledo.	223
FIGURA 168: reflexo da Via Toledo em abrigo de ônibus.	224
FIGURA 169: caricaturas napolitanas e Arcimboldo de macarrão.	224
FIGURA 170: vizinhança no Vicolo del Filatoio, em Materdei.	225
FIGURA 171: vizinhança no Vicolo del Filatoio, em Materdei.	225
FIGURA 172: família no Pendino Santa Bárbara.	226
FIGURA 173: elevador manual napolitano.	226
FIGURA 174: tabernáculo no Pendino Santa Barbara.	227
FIGURA 175: <i>monocale</i> em Materdei.	227
FIGURA 176: <i>monocale</i> misto de loja e residência no centro histórico.	228
FIGURA 177: cantina em Montesanto, bairro de muitos emigrantes.	228
FIGURA 178: leitão assado em mesa em calçada da Via Pignasecca, em Montesanto.	229
FIGURA 179: pasta com frutos do mar em cantina popular na Via Foria.	229
FIGURA 180: vitrina de <i>taralli</i> , recomendados por dois ícones napolitanos, Totó e Sophia Loren, no centro histórico.	230
FIGURA 181: mercadorias expostas.	230
FIGURA 182: mercadorias expostas.	231
FIGURA 183: mercadorias expostas.	231
FIGURA 184: mercadorias expostas.	232
FIGURA 185: <i>palazzo</i> com terraço no centro histórico.	232
FIGURA 186: futebol no adro do Duomo, basílica tornada catedral gótica no séc. XIII.	233
FIGURA 187: balcão de <i>palazzo</i> com lençóis em Montesanto.	233
FIGURA 188: Salvador nu em <i>monocale</i> .	234
FIGURA 189: bonecos na Via dei Tribunali.	234
FIGURA 190: criança em balcão de <i>palazzo</i> em Montesanto.	235
FIGURA 191: <i>caffè</i> na Piazza Dante.	235
FIGURA 192: sorvetes napolitanos.	236
FIGURA 193: Caffè Gambrinus.	236
FIGURA 194: a fala gestual napolitana na Via Sant'Agostino degli Scalzi, Materdei.	237

UM HORIZONTE SEM CONTORNO, SEM ESTATUTO, SEM INSTITUTO	
FIGURA 195: escrita de Geraldo Alves em tapume.	240
FIGURA 196: <i>display</i> na Via Foria, em Nápoles.	243
FIGURA 197: <i>banner</i> em parada de ônibus em Nápoles.	244
FIGURA 198: passarela sobre a Av. do Contorno, em Belo Horizonte.	244
FIGURA 199: <i>outdoor</i> na Av. dos Andradas.	245
FIGURA 200: <i>outdoor</i> com <i>performer</i> na Av. Bandeirantes.	245
FIGURA 201: <i>banner</i> em traseira de ônibus em Belo Horizonte.	246
FIGURA 202: <i>display</i> rotativo na Av. N. S. do Carmo.	246
FIGURA 203: torre de telecomunicações no campus da UFMG.	246
O CONSPÍCUO, O AMBÍGUO E O LÁBIL	
FIGURA 204: o conspícuo, o ambíguo e o lábil.	263
FIGURA 205: o desenho de Geraldo Alves.	268
FIGURA 206: a escrita e a rubrica de Geraldo Alves.	269
FIGURA 207: a escrita e a rubrica de Geraldo Alves.	270
FIGURA 208: instalações de Antônio na Av. Francisco Deslandes.	270
FIGURA 209: instalação de Antônio na calçada da Av. Francisco Deslandes.	270
FIGURA 210: instalação de Antônio com o tapume.	271
FIGURA 211: instalações de Antônio.	271
FIGURA 212: instalações de Antônio.	272
FIGURA 213: instalações de Antônio.	273
FIGURA 214: instalações de Antônio.	273
FIGURA 215: instalações de Antônio.	274
FIGURA 216: instalações de Antônio.	274
FIGURA 217: instalações de Antônio.	275
FIGURA 218: instalações de Antônio.	275
FIGURA 219: instalações de Antônio.	276
FIGURA 220: instalações de Antônio.	276
FIGURA 221: acampamento de Antônio no lote vago da Av. Francisco Deslandes.	277
FIGURA 222: Antônio no acampamento.	277

FIGURA 223: Antônio com roupa feita por ele em seu acampamento.	278
FIGURA 224: a última instalação de Antônio.	279
FIGURA 225: instalação de Nondas na Av. Antônio Carlos, sob o viaduto S. Francisco.	280
FIGURA 226: instalações de Nondas: pedaços de sebo e queixada de animal incinerado.	281
FIGURA 227: acampamento de Nondas, próximo ao Viaduto São Francisco.	281
FIGURA 228: instalações de Nondas.	282
FIGURA 229: instalações de Nondas.	283
FIGURA 230: instalações de Nondas.	284
FIGURA 231: instalações de Nondas.	285
FIGURA 232: instalações de Nondas.	286
FIGURA 233: instalações de Nondas.	287
FIGURA 234: instalação de Nondas.	288
OUTRAS LEGENDAS: POETOPOS	
FIGURA 235: o desenho de Geraldo Alves na Rua Prof. Moraes, em frente ao Colégio Sagrado Coração de Jesus..	289
FIGURA 236: o desenho de Geraldo Alves na calçada da Alameda Ezequiel Dias, no Parque Municipal.	290
FIGURA 237: o desenho de Geraldo Alves na calçada da Alameda Ezequiel Dias, no Parque Municipal.	291
FIGURA 238: o desenho e a escrita de Geraldo Alves na calçada da Alameda Ezequiel Dias, no Parque Municipal.	292
FIGURA 239: a escrita de Geraldo Alves nas imediações do Instituto de Educação.	292
FIGURA 240: a escrita de Geraldo Alves nas imediações do Instituto de Educação.	293
FIGURA 241: a escrita de Geraldo Alves em tapume de construção.	294
FIGURA 242: capa da primeira edição de Código de Minas & Poesia Anterior, de 1969.	303
FIGURA 243: a escrita de Geraldo Alves.	304
FIGURA 244: a escrita de Geraldo Alves.	308
FIGURA 245: a escrita e desenho de Geraldo Alves na Av. Afonso Pena.	308
FIGURA 246: a escrita de Geraldo Alves.	309
FIGURA 247: a escrita de Geraldo Alves.	310
FIGURA 248: a escrita de Geraldo Alves.	310
FIGURA 249: a escrita de Geraldo Alves.	310
FIGURA 250: a escrita de Geraldo Alves.	310

FIGURA 251: a escrita de Geraldo Alves.	311
FIGURA 252: a escrita de Geraldo Alves.	311
FIGURA 253: a escrita de Geraldo Alves.	311
FIGURA 254: a escrita de Geraldo Alves.	311
FIGURA 255: a escrita de Geraldo Alves.	312
FIGURA 256: a escrita de Geraldo Alves na Rua Montes Claros.	313
FIGURA 257: a escrita de Geraldo Alves.	314
FIGURA 258: a escrita de Geraldo Alves na Av. N. S. do Carmo e no Palácio das Artes.	315
FIGURA 259: a escrita de Geraldo Alves na Rua Professor Moraes e na Av. Afonso Pena.	315
FIGURA 260: a escrita de Geraldo Alves em muro próximo ao Hospital S. Lucas.	316
FIGURA 261: a escrita de Geraldo Alves na Rua Professor Moraes e em muro próximo ao Hospital S. Lucas.	317
FIGURA 262: a escrita de Geraldo Alves em tapumes de construção.	318
FIGURA 263: a escrita de Geraldo Alves no gradil do Colégio Arnaldo.	318
FIGURA 264: a escrita de Geraldo Alves na Av. N.S. do Carmo e na Av. Prudente de Moraes.	319
FIGURA 265: a rubrica de Geraldo Alves.	320
FIGURA 266: o adeus de Geraldo Alves.	321

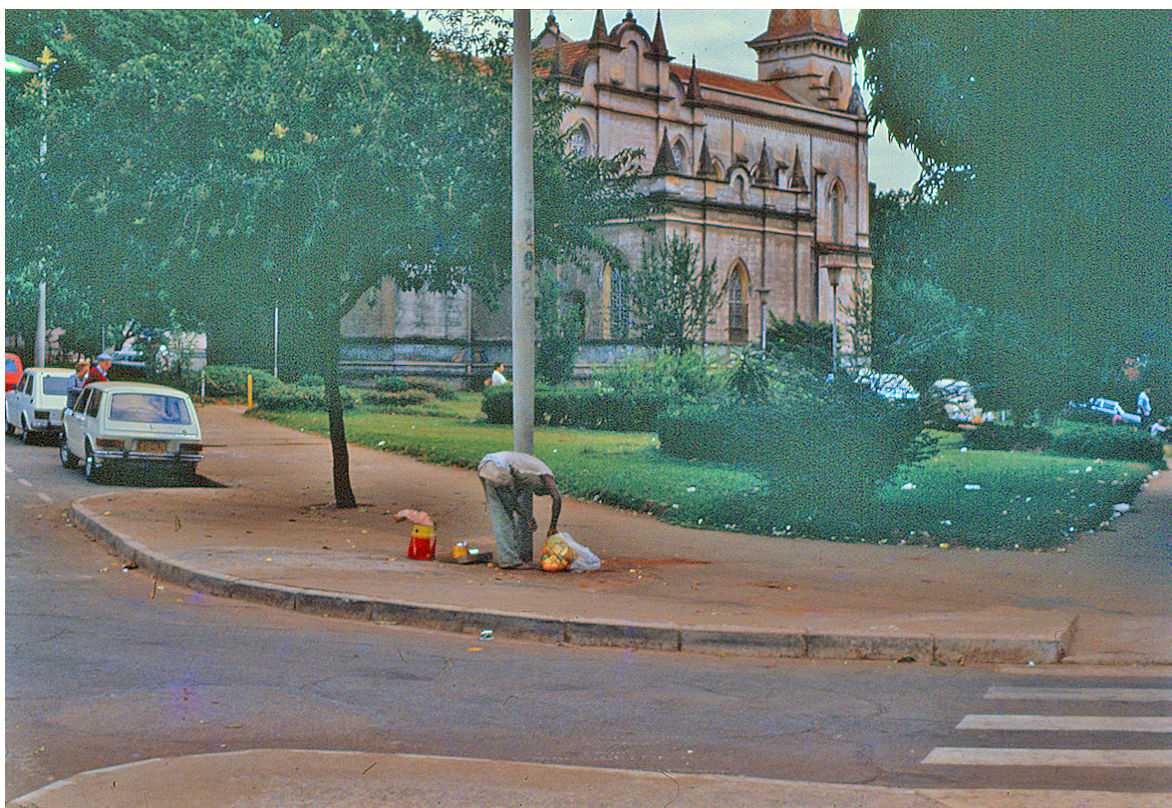


FIGURA 2: Geraldo Alves na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na esquina da Av. Prof. Alfredo Balena com R. Paraíba. Fonte: AZEVEDO Jr., Manoel Teixeira; FERNANDES Jr., Edésio, 1984.

S U M Á R I O

Pergunte ao andarilho de onde ele vem e ele responderá: da minha casa. Pergunte ao andarilho aonde ele vai e ele responderá: para a minha casa. Palavras aproximadas de velha canção de andarilho alemã.

O ESTRANHO INSCRITO NA CIDADE.....	21
CIDADE LEI, CIDADE LEGENDA: REGISTROS EFÊMEROS.....	30
UM BELO HORIZONTE LETRADO E ORDENADO.....	67
MINAS, CAPITAL DO SÉCULO XIX: FANTASMAGORIA E POIESIS.....	95
CIDADE PEDAGÓGICA: GRUPO DOS JOVENS LITERATOS OFICIAIS.....	116
BELO HORIZONTE E NÁPOLES: RUA DE MÃO DUPLA.....	160
IMAGENS DO PENSAMENTO: UM “TIPO DE ÁLBUM”.....	185
UM HORIZONTE SEM CONTOURNO, SEM ESTATUTO, SEM INSTITUTO..	240
O CONSPÍCUO, O AMBÍGUO E O LÁBIL.....	263
OUTRAS LEGENDAS: POETOPOS.....	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	323



FIGURA 3: Geraldo Alves na Av. Bernardo Monteiro, em frente ao Colégio Amaldo.
Fonte: AZEVEDO Jr., Manoel Teixeira; FERNANDES Jr., Edésio, 1984.

O ESTRANHO INSCRITO NA CIDADE

Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. [...] Trata-se de uma multidão móvel e contínua, densamente aglomerada como pano inconsútil, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se a linguagem móvel de cálculos e racionalidades que não pertencem a ninguém. Rios cifrados da rua. Michel de Certeau.



FIGURA 4: Geraldo Alves na calçada do Instituto de Educação.
Fonte: PESSOA, Gerson Alvim, 1982.

Homem, negro, pobre, fronteiro, forasteiro, anônimo, andarilho. Vindo de muito longe. Salvo de oceânicas e negras travessias. À luz do dia, infiltra-se, furtivo, pelas vias. A cada dia, todos os dias. Lascivo, penetra e emprenha a cidade. Expele pelos pavimentos de ruas e calçadas, por muros e tapumes, jorros de versos brancos, brancos de branco pó. E traça muito precisas órbitas, em complexa e crítica geometria. Estelares arcas de Noé? Grafismos tribais? Pontos de umbanda? Signos cabalísticos? Mandalas? Discreto exibicionista de esquinas e contra-esquinas, mostra a qualquer momento seu verbo duro. Deita sobre o asfalto obsessões obscenas, abusa de aliterações, anáforas, analogias. Impregna os trajetos de ortografia incorreta, de caligrafia exata, de *callegrafia* erótica, de *calgrafía* cáustica. Desfamiliariza em repetições mânticas triviais palavras, consagra neutros algarismos. Trama inventários instantâneos, desdobra esdrúxulas categorias. Desfia exaustivas cronologias, estanca ante a data fatídica, o ano 2000: desperta os vaticínios, brande a finitude, anuncia o fim. Firma com o desenho magistral de um pênis, insolente rubrica, de um risco só, ininterrupto traço: bustrofédon.



FIGURA 5: Antônio no lote vago da Av. Francisco Deslandes, vindo da coleta.
Fonte: MAGALHÃES, Maria Beatriz de Almeida, 1998.

Homem, negro, pobre, fronteiroço, forasteiro, anônimo, andarilho. Vindo de muito longe. Salvo de oceânicas e negras travessias. À luz do dia, infiltra-se, furtivo, pelas vias. A cada dia, todos os dias. Lascivo, penetra e emprenha a cidade. Dela, traz restos e, com eles, nas bordas do seu reino, o terreno baldio, erige totens mutantes. Aqui, barrocos, ali, minimalistas. Destitui os ícones, elege os índices. Joga o opaco contra o transparente, o etéreo contra o sólido, o leve contra o pesado, o espesso contra o delgado, o liso contra o áspero, o duro contra o macio, o poroso contra o compacto, o curvo contra o reto, o incolor contra o colorido, a sombra contra a luz.



FIGURA 6: instalação de Nondas em canteiro central da Av. Antônio Carlos.
Fonte: MAGALHÃES, Maria Beatriz de Almeida, 2006.

Homem, negro, pobre, fronteiro, forasteiro, anônimo, andarilho. Vindo de muito longe. Salvo de oceânicas e negras travessias. À luz do dia, infiltra-se, furtivo, pelas vias. A cada dia, todos os dias. Lascivo, penetra e emprenha a cidade. Ata nos postes os nós de seus discretos conjuntos. Neles arranja, combina e permuta díspares fragmentos coletados, destaca ora objetos de uso coletivo, ora de uso pessoal, quem sabe autobiográficos? Dispõe sobre a calçada restos de bichos mortos e ali os incinera. Embaralha os reinos, o mineral, o vegetal, o animal. Estende, por entre as árvores dos canteiros centrais das avenidas, brancos cordões de isolamento.



FIGURA 7: instalação de desconhecido em fachada da Rua Niquelina.
Fonte: MAGALHÃES, Maria Beatriz de Almeida, 2007.

Homens, negros, pobres, fronteiriços, forasteiros, anônimos, andarilhos. Saídos de troglos sombrios, surgem, inesperados. Dialogam, em segredo, *pari passu*, ou mais, ou não, com o mundo iluminado dos doutos. Recorrem à veemência pulsional, embaçam os translúcidos argumentos da razão. Avançam, arrastando pontos de fuga decaídos, em resistência diuturna contra múltiplas forças abstratas, que não cansam de se incorporar, palavras e coisas, som e fúria, e exigiriam de nós, atarefados zumbis, alerta e vigília, duplo combate. Perdem-se de vista.

Ressurgem adiante, oblíquos, ubíquos, em recorrência de vício, sexo, droga ou *rock n'roll*. Fincam cunhas no estável, provocam dobras no informe, vêm amarrar em outros vetores o espaço que parecia lógico, executar em outros ritmos o tempo que parecia homogêneo. Deslocam o plano da urbe com resilientes balizas. Lançam mão de prosaicos recursos, alçam formidáveis vôos, invadem delicadamente o espaço e o imaginário da cidade. Transportam, com mestria, singulares bombas éticas e estéticas. Atingem as nossas tão de repente reveladas vulneráveis torres de marfim. E se vão, *prisioneiros da passagem* que são.

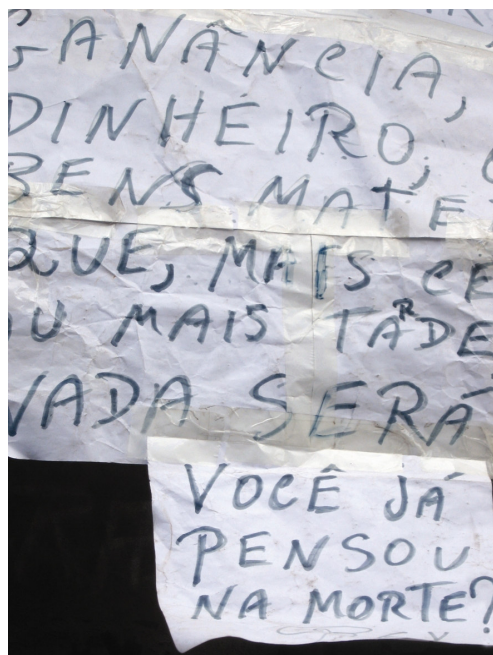


FIGURA 8: detalhe de escrita na Rua Niquelina.
Fonte: MAGALHÃES, Maria B. de A., 2007.

Sovertem-se em deambulância, estesia e pó. Deixam-nos uma cartografia avessa, o plano póstumo da cidade. De seus fios, nascem labirintos. Estão por aí, esses e outros homens não-identificados. E suas inquietantes produções, performadas diretamente na terceira dimensão, a céu aberto, alheias aos meios da convenção, fora dos limiares autorizados. A profissão do lábil. O mundo feito objeto.

Desgarrados de uma horda muda, em esforço mágico e trágico de individuação, parecem em seu nome veementemente sussurrar: “Devora-me ou te decifro.” A Arte contra o In-Arte, o Inerte, a Morte. Diante do que não se explica, só cabe admiração. Magnifica-se o espanto, reduz-se a indagação à expressão mais simples, acresce-se de exclamação e reverbera:

– *El-manu-el?! El-manah?!¹*

A pergunta do Êxodo, a pergunta da errância diante do surpreendente que lhe detém o passo. Afinal, não é o que cada um, milenarmente, em sua própria língua, balbucia, ao presenciar o milagre que cada obra de arte encarna?

– *O que é isto?!*

É esta a pergunta, irrespondível, que se traz aqui.



FIGURA 9: Beto em seu trabalho, na Avenida do Contorno, Centro.
Fonte: MAGALHÃES, Maria Beatriz de Almeida, 2008.

A qualquer momento, uma aparição, trazendo um mundo que “não é mais mantido à distância, *fora*, mas começa a surgir *aqui*”, que “não mais ocorre ao longo das periferias, nas *zonas de contato*”, “mas emerge no centro de nossas vidas diárias”, “uma presença que não jaz mais alhures: o retorno do reprimido, do subordinado e do esquecido”². O estranho inscrito na cidade. Os estranhos inscritos na cidade. Eles serão muitos. Ressaca de longos processos desumanos que, vindos da colonização, ganham progressão geométrica com a globalização.

Este estudo se insinuou quando grafias enigmáticas de um errante começaram a ser vistas em Belo Horizonte em meio a inscrições de maior alarde e imponência, observadas, na década de 1980, objetivando revelar a cidade em sua origem, quase um século antes, como materialização de fabulações ideológicas e de confabulações políticas que se deram em Minas Gerais em função da Proclamação da República. De início, tais escritas e desenhos, literatura e arte fora do lugar, não pareciam se relacionar com as solenes inscrições registradas, em repetidas caminhadas pelas ruas, no preparo do livro que se chamou *Belo Horizonte: um espaço para a República*³. Com o tempo, foram-se mostrando recorrentes, compondo uma linguagem em extrema oposição à linguagem pronunciada pela cidade em seu urbanismo e arquitetura e levaram a examinar Belo Horizonte, o que prescreve e narra, que vocabulários, sintaxes e semânticas movimentam, desde a sua fundação, que é excepcional, e ela a tem inequívoca, próxima, clara e registrada. E levaram também a examinar o que Belo Horizonte suscita na literatura, como se dá a sua problematização ficcional ao seu surgimento e desenvolvimento excepcionais no Brasil.

Compõem o *corpus* documental perto de 2000 fotografias de obras de três errantes, produzidas, coletadas, organizadas e apresentadas em diferentes modalidades de criação⁴. Todo esse material foi trazido ao campo teórico para ser tratado no fértil tangenciamento da literatura com outros sistemas semióticos, no caso a arte e ainda esse sistema bastante complexo que é a cidade, a de Belo Horizonte, em específico, objeto daquele estudo anterior. Essa implicação tripla, espaço urbano, literatura e arte, coloca os três campos em movimento: verifica o escape da escrita da bidimensionalidade dos usuais suportes e dos âmbitos institucionais para a volumetria da cidade em atuações independentes e errantes; examina, aí, fazeres similares de ordem plástica; analisa a função da cidade na criação literária e artística instituída; confere os tangenciamentos das criações errantes com a literatura e a arte formalmente desenvolvidas.

O objeto nuclear do estudo, a presença literária e artística do estranho no uso convencional da cidade de Belo Horizonte, deve ser visado a partir da dificuldade da sua detecção como problemática. Muitas perguntas sucedem ao primeiro espanto – “O que é isto?” – enquanto se tenta uma organização, várias vezes recomeçada: deve-se conferir errância a uma escrita que vai tratar de errância? Não será a escrita sempre uma errância? Seria, então, a errância o compromisso duplo desta escrita? Aprende-se com os andarilhos que a errância pede amarrações, ancoragens. Enquanto se decide, uma coisa insiste em fixar-se, a perplexidade. E uma suspeita cresce: a arte e a literatura não estão mais no lugar de costume, no lugar dos costumes. Também esta cidade não tem estado no lugar de costume na criação ficcional, na sua função habitual de cenário comportando personagens, acontecimentos e ações. Tem extrapolado e assumido formas e funções diversas em proposições literárias e inclusive sumido de forma significativa, lapso a ser também explorado. Aqui se inicia o exame da presença ou ausência da cidade em certas criações literárias desenvolvidas desde a origem de Belo Horizonte como Capital do Estado.

¹ BÍBLIA SAGRADA: Antigo Testamento. ÊXODO, XVI, 15. p. 96.

² CHAMBERS, Iain. *Migrancy, culture, identity*. 1995. p. 3. (tradução da autora)

³ MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 1989. A pesquisa contou com bolsa auxílio do CNPq.

⁴ ReGIZtros Efêmeros. Poesia e ensaio fotográfico. *Revista Zap Cultural: Revista da Secretaria Municipal de Cultura*. Belo Horizonte: PBH/Ciclope, n. 1, 1996. CDROM.

ReGIZtros Efêmeros/O Objeto do Homem. *Árvore da Memória/Festival de Arte Negra*. Sala especial, projeções ininterruptas. Casa do Conde Santa Marinha, Belo Horizonte, 2003. DVD.

ReGIZtros Efêmeros e O Objeto do Homem. *3ª Zona de Ocupação Cultural*. Sala especial, projeções ininterruptas. Centro de Cultura de Belo Horizonte, 2004. DVD.

ReGIZtros Efêmeros *Zona de Invenção Poesia &*. Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Leitura performática: Gilberto Sáfar e Renato Negrão.



FIGURA 10: escrita-passadeira de Geraldo Alves ao longo de calçada.
Fonte: AZEVEDO Jr., Manoel Teixeira; FERNANDES Jr., Edésio, 1984.

C I D A D E L E I, C I D A D E L E G E N D A: R E G I S T R O S E F Ê M E R O S

Imaginemos que aqueles que vivem na rua por força das circunstâncias estejam elaborando uma espécie de "livro" invisível, que hoje em dia ainda "não se deixa ler" [...]. Uma literatura que tem que ser mais adivinhada do que possa ser percebida, e que, no entanto, está sendo "escrita" todo dia. O número dessas pessoas cresce diariamente no mundo inteiro, e é bem possível que um dia elas constituam a maioria. Lembramos que um dos sentidos da utopia benjaminiana é que todos os analfabetos se tornem leitores e que todos os leitores se tornem escreventes. Essa seria uma das possíveis encarnações da "escrita de trânsito universal". Willi Bolle.



FIGURA 11: frontão do Palácio da Liberdade e bandeira do Estado de Minas Gerais.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.

Nas alturas do Palácio do Governo, a arte celebra o mito ancestral da Liberdade. Entronizado no frontão da perene arquitetura, o busto, nascido da Terra, de Cibele, deusa da Natureza e da Fecundidade, tornada Libera ou Libertas, protetora do Lar e da Cidade: dos Cidadãos. Coadjuvante, a divisa dos Inconfidentes, *Libertas quæ sera tamen*, tomada do verso de Virgílio apenas a restrição, *A Liberdade que tarde contudo*, para compor a bandeira, assumida pelo Estado. Permanece subtraída a remissão, *respexit inertem: olhou para o fraco* (VIRGILIO, *Bucolica*, Eclogae I, 27).



FIGURA 12: escrita de Geraldo Alves na Av. Prudente de Morais.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida, 1988.

À sombra das árvores da rua, precariamente aderida ao também precário tapume sobre a calçada, a renda de pó de giz repete enigmática inscrição, DEZMILDEZMILDEZMIL... Desperta em outro contexto o que escreveu Walter Benjamin sobre hieróglifos de um obelisco deslocado do seu tempo e do seu espaço: “Nenhum dentre dez mil que passam por aqui se detém; nenhum dentre dez mil que se detêm sabe ler a inscrição [...] a inscrição gravada ali não tem utilidade para ninguém” (BENJAMIN, apud BOLLE, 2000, p. 280). Como a daqui, coadjuvada pelo lixo na calçada.



FIGURA 13: frontão da Secretaria da Educação na Praça da Liberdade.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.

De um lado, na imposição de um imaginário coletivo, uma enunciação desde a origem altamente formulada, integrada pela racionalidade do Estado, destinada a conformar, em caráter pretensamente permanente, o espaço como estratégia de controle, código emitindo uma pedagogia, pressupondo o reforço de outros dispositivos: Cidade Capital.

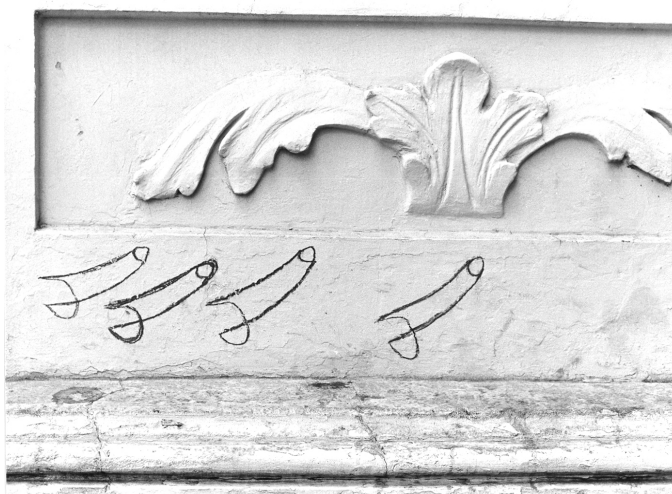


FIGURA 14: desenho de Geraldo Alves na Rua Espírito Santo.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida, 1988.

Do outro, na fabricação de um imaginário individual, uma apropriação altamente performativa, derivada da intuição artística, conformando, em caráter efêmero, a cidade como suporte de táticas de resistência, código autodidático garantindo uma existência, pressupondo deslocamentos e intervenções cotidianos de conquista: Poetopos.

O presente estudo cuida de completar aquele que o ensejou, tratando de cidade e código, de saber e poder, baseado nos conceitos de Michel Foucault, na obra assim anunciada por Deleuze: “Dizem que algo de novo, de profundamente novo, nasceu na filosofia, e que esta obra tem a beleza daquilo que ela mesma recusa: uma manhã de festa”. A beleza de manhã de festa inunda o livro em que Deleuze rememora e comemora o “novo arquivista”: *Foucault*. Leitor privilegiado pela convivência com o filósofo, Deleuze ressuma o instrumental capaz de apurar o que está em jogo nas produções humanas: Foucault atribuiu ao que chamou de diagrama, “exposição das relações de forças que constituem o poder”, o surgimento de enunciados e visibilidades que se estratificam como saber em determinada formação histórica, arquivo audiovisual. Trocam-se, com essa concepção, abstratas e universais definições do que toma forma no mundo, verbo e matéria, pela identificação de uma gênese, o entrecruzar de vontades multipontuais que, através de regulações da linguagem e da luz, incidem na percepção humana, determinando, condicionando, ensejando ou impedindo reações, ações. A um “devir de forças” corresponde “uma história das formas”, carecendo, por esta razão, “não de uma fenomenologia, mas de uma epistemologia”. Beneficiam-se os estudos do urbanismo, da arquitetura, da arte e da literatura. Beneficia-se, percorrendo esses campos, esta tarefa de contrapor à criação excepcional de uma cidade um uso também excepcional que a transforma, de incluir a emergência de fazeres anônimos e cotidianos no seu espaço e as formas nada banais que deles resultam.

Evoluindo, pois, com Foucault, é o que se traz aqui, cidade, código e criação errante, perfazendo, na mesma ordem, as ontologias alinhadas evolutivamente em *Foucault*, “saber, poder e si”:

Era preciso passar pelo entrelaçamento estratégico-estratégico para atingir a dobra ontológica. São três dimensões irreduzíveis, mas em implicação constante, saber, poder e si. São três “ontologias”. Por que elas são históricas? Porque elas não designam condições universais. (DELEUZE, 1988, p. 121-122)

Para Foucault, diz Deleuze, “um campo social mais resiste do que cria estratégias, e o pensamento do lado de fora é um pensamento de resistência”. Focos “moleculares”, como os integrados pelo Estado – “instância molar” –, sublevam-se, “terceiro poder”. Órfãos, todavia, sovertem-se, instantâneos.

Michel de Certeau, em *Invenção do cotidiano*, tira desta “microfísica do poder, que introduz uma problemática muito nova, mas privilegia, mais uma vez, o aparato produtivo (da “disciplina”)), das “técnicas mudas”, “minúsculas”, jogadas atrás da “cena institucional” (o espaço sendo “operador de uma vigilância generalizada”), a sua noção de *tática*. Tributo e reparo seu tanto injusto ao método de Foucault, que propicia a noção, de todo modo o beneficia e expande:

São as mil práticas cujo uso serve para reapropriar-se do espaço organizado mediante as técnicas da produção sócio-cultural, que põem questões análogas e contrárias àquelas enfrentadas no livro de Foucault: análogas, já que se trata de distinguir a proliferação de operações quase microscópicas no interior das estruturas tecnocráticas e de transformar o seu funcionamento através de uma multiplicidade de “táticas” baseadas sob “detalhes” cotidianos; contrárias, já que não se trata mais de precisar de que modo a violência da ordem se transmuta em técnica disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que assume a criatividade dispersa, tática e miúda dos grupos ou dos indivíduos interpolados já nas redes da “vigilância”. (CERTEAU, 2005, p. 9)

Na sistematização empreendida em *Foucault*, não se pode deixar de computar a contribuição de Deleuze, que assim sintetiza o “método concreto”, “nova pragmática”:

Se as arquiteturas, por exemplo, são visibilidades, locais de visibilidades, é porque não são meras figuras de pedra, isto é, agenciamentos de coisas e combinações de qualidades, mas, antes de mais nada, formas de luz que distribuem o claro e o obscuro, o opaco e o transparente, o visto e o não visto etc. [...] O que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado. Nunca existe segredo, embora nada seja imediatamente visível, nem diretamente legível. (DELEUZE, 1988, p. 66).

Essa formulação do espaço como “operador” estimulou a aplicação do “método concreto” à cidade, a esta cidade, de próximo e significativo começo, que se ofereceu com rara oportunidade de fato isolável, e de nítidos “antes, durante e depois” fixados em relatos textuais e imagéticos.

Ressalte-se, então, que a sua atualização na análise da concepção e construção da Nova Capital só foi possível graças à missão histórica, memorialística e descritiva iniciada pelo Padre Francisco Martins Dias, testemunha da destruição do antigo Curral del Rei e da ereção da Nova Capital, em seus *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*, cuidado prosseguido por Abílio Barreto em *Bello Horizonte: Memória histórica e descritiva*. Barreto, chegado do interior ainda menino, em setembro de 1895, ao início da construção, vivenciando a sua infância e a da cidade, dedicou-se à reunião e ao registro de impressões, informações, documentos e à formação do Museu que hoje leva o seu nome. Acresce-se o valioso garimpo de Hélio Gravatá que, tendo coletado e colecionado exaustivos dados, deixados na “Contribuição bibliográfica sobre Belo Horizonte”, colaborou pessoalmente, em seu trabalho junto ao Arquivo Público, na pesquisa *Belo Horizonte: um espaço para a República*, cujo resultado, publicado em livro, a ele se dedicou. A prática do *método* partiu da palavra *mudança*, ligada a ideias e atos (*poder/diagrama abstrato*) consecutivos que instruíram a fundação da cidade (*saber/formas legíveis e visíveis*), evento distintivo na história urbana do Brasil: *mudança* do regime político brasileiro, concretizada a 15 de novembro de 1889; *mudança* das capitais dos Estados para “o lugar que mais convier”, atribuição dada aos respectivos governadores cinco dias depois, pelo Decreto n.º 7; *mudança* do nome da freguesia do Curral del Rei para Belo Horizonte, determinada pelo Governador do Estado de Minas Gerais através do Decreto n.º 36, de 12 de abril de 1890, atendendo ao Clube Republicano local, “para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse”, como registrou o Padre Francisco Martins Dias (DIAS, 1897, p. 18) e indicar a nova perspectiva política; *mudança* da sede do Governo de Minas Gerais, de Ouro Preto, deliberada pelo Congresso e decretada e promulgada pela Lei n.º 3, de 17 de dezembro de 1893, “designado o Belo Horizonte para ali se construir a Capital do Estado” e “determinado o prazo mínimo de quatro anos para a definitiva transferência do Governo para a Nova Capital” (PENNA, 1997, p. 35).

A mudança definitiva, de tempo e de espaço, apagado de vez tudo o que a arraial cheirasse ou a ele se referisse, teve seu efeito no prazo marcado pela Constituição, inaugurada a cidade em 12 de dezembro de 1897.

O exame das descrições espaciais daqueles que participaram do processo de criação da Nova Capital, ou que o testemunharam, dos materiais gráficos então produzidos e dos remanescentes urbanísticos e arquitetônicos constituiu uma metodologia específica que direcionou para o cotejamento da configuração da cidade com configurações semelhantes ocorridas em outros períodos históricos.

A comparação da história da cidade com a história das cidades ressaltou qualquer hereditariedade e preservou a particularidade do acontecimento. Conduzida dentro do princípio diagramático foucaultiano, permitiu ver como a cidade se abriu à luz no limiar do século XX, o que ela materializava e operava. Despertando fatos que pareciam corriqueiros, levou a identificar as mudanças de grande impacto aqui concertadas, nos meados dos anos 90 do século XIX, com uma enunciação racionalista e laicizante, comitiana, de desemboque nacionalista. Mudar a Capital implicou a desocupação e a demolição do arraial do Belo Horizonte e um processo de concepção, construção e implantação *in toto* de uma cidade sob padrões científicos, regime de especialização, metodologia quantitativa e princípios geometrizes, em complexidade tal, que exigiu a criação da Comissão Construtora da Nova Capital e sua organização em seis divisões de serviços: Administração Central (incluindo o Gabinete Fotográfico e o Observatório Meteorológico); Contabilidade (e Tombamento); Escritório Técnico (Cálculos, Projetos e Arquitetura); Estudo e Preparo do Solo (Geodésia, Topografia e Paisagismo); Estudo e Preparo do Subsolo (abastecimento de água, regime dos córregos, plantio e conservação das matas, esgotos, águas pluviais e drenagem); Viação Férrea, Eletrificação e Edificação (pública e particular).

As divisões técnicas lotaram, além dos chefes de seções, de serviços, amanuenses e armazenistas, três classes de engenheiros, duas de desenhistas, duas de condutores de trabalhos. Novos conceitos e parâmetros construtivos e estruturais demandaram importação de maquinários, materiais, pessoal técnico e mão-de-obra qualificada, obrigaram a criação de um ramal férreo interurbano, exigiram levantamentos cartográficos e cadastrais para a confecção de projetos e tabelas detalhados de urbanismo, engenharia sanitária, arquitetura, paisagismo, e envolveram operações inéditas no local: locação topográfica, terraplenagem, demarcação de vias e lotes; instalação de rede férrea urbana para transporte de materiais, de sistemas de eletrificação, abastecimento de água e de esgotamento sanitário e pluvial; construção de estação telegráfica e serviço telefônico, de vias e obras de arte viárias, de unidades públicas e residenciais, estas conforme hierarquia funcional setorialmente distribuídas; preparo de colônias agrícolas urbanas e de viveiros de mudas; transplante de árvores nativas por sistema mecânico importado, o *Dury Shoy* (BARRETO, 1995, p. 577), para compor o parque central da cidade; arborização das vias, com programa de poda (para “promover a brotação de ramos que dêem copa diferente da primitiva, julgada inconveniente” (SILVEIRA, 1924, p. 87-88), princípio da uniformização geométrica da urbanística barroca).



Residência de uma papuda



Rua do Capão

FIGURA 15: fotos do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1895.

Antes: o Bello Horizonte de formação orgânica

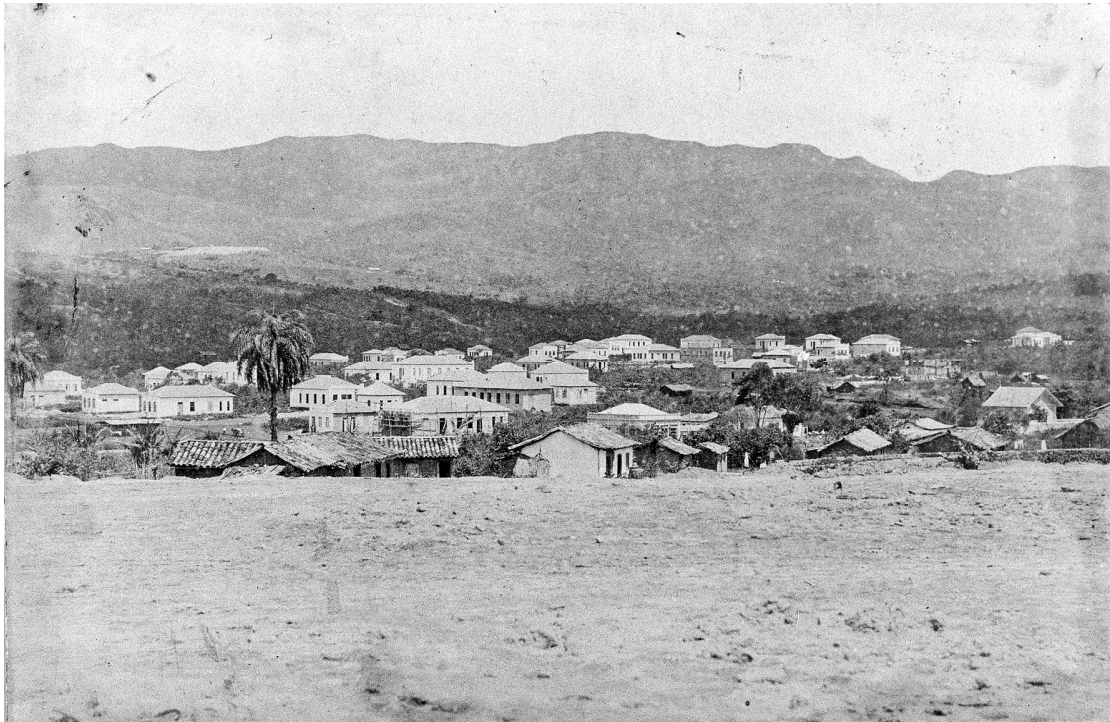


FIGURA 16: foto do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora do Bairro dos Funcionários.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1896.

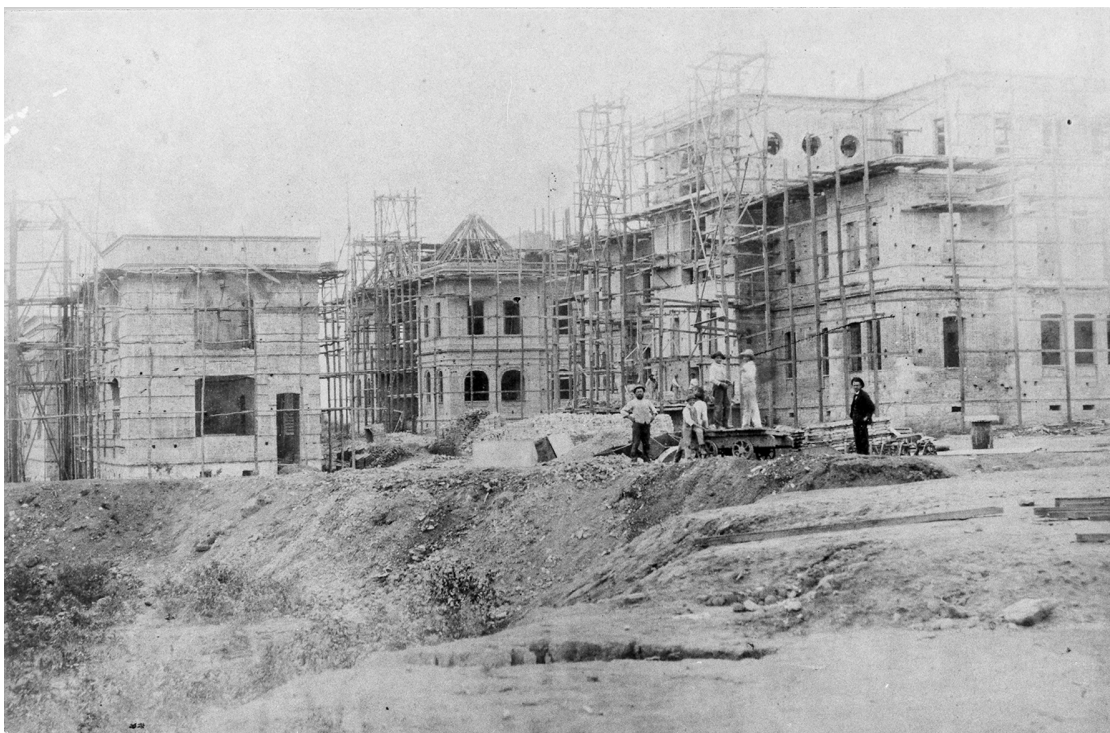


FIGURA 17: Construção das Secretarias de Estado na Praça da Liberdade.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1896.

Durante: as obras da Comissão Constructora da Nova Capital



FIGURA 18: Rua da Bahia vista do Bairro da Floresta.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1904.



FIGURA 19: renques de *Dillenia speciosa* na Rua Timbiras em fevereiro de 1914.
Fonte: SILVEIRA, Álvaro Astolpho da. Narrativas e Memórias, Estampa II.

Depois: a geometria preside até a poda “barroca” das árvores

Chegaram os trabalhos ao máximo da racionalização e ideologização com a elaboração e implantação de um sistema toponímico de ordenação, orientação e hierarquização dos espaços por temática nacionalista, laica, enfática dos valores positivistas e republicanos. Foram consagrados abstratos universais (Liberdade, Justiça, Progresso, Federação), datas, vultos e fatos geográficos, etnográficos e históricos do Brasil (rios, tribos indígenas, Estados da Federação) e de Minas Gerais (municípios e riquezas minerais). Essa lógica positivista incluiu o refinamento de um endereçamento métrico: numeração das unidades, originada no cruzamento dos eixos viários, desenvolvendo-se em ordem crescente no sentido norte/sul e leste/oeste nas ruas (ortogonais) e no sentido centro/periferia nas avenidas (diagonais), com números, pares à direita, correspondentes à distância do ponto zero, como vai registrar Arthur Azevedo em 1901:

A propósito, direi que o sistema adotado em Belo Horizonte para a numeração das casas é original e prático. Cada número representa a quantidade exata de metros medidos do princípio da rua até a porta numerada, de modo que a numeração não pode, em caso algum, variar. (AZEVEDO, 1982, p. 200)

Tudo previsto e otimizado, a Comissão, para a eficiência da realização das incumbências, providenciou as detalhadas *Instruções Regulamentares para a Execução dos Serviços* e encarregou-se da supervisão de todos os contratos para execução das obras, regendo-os pelas minuciosas *Especificações Gerais e Tabelas*. E, para além do nível projetual, obrigou-se à produção de um *Álbum de vistas photolyticas do arraial do Bello Horizonte e das obras projetadas* e da edição de *Revista Estatística e Descritiva*, “para habilitar o Governo a julgar o progresso dos trabalhos” e “dá-los a conhecer à população d’este Estado ficando ao mesmo tempo registrados os methodos e processos empregados”. Ao início dos trabalhos, o Chefe de Seção de *Cálculos* do Escritório Técnico ordenou que fosse seguida “uma *tabela de redução ao horizonte* de todas as distâncias medidas segundo a inclinação do terreno”. A precisão foi garantida pelo Engenheiro Chefe: “Tal tabela não contém erro maior de 0^m,0005” (A NOVA CAPITAL II, 08/1895, p. 8 e 13).

Essa palavra de ordem da Comissão Construtora extrapolava o estrito nível técnico em que tinha vigência, metaforizando outras medidas já em andamento: negociações de desapropriação das propriedades, permutação por lotes, desocupação das habitações e retirada de toda a população para a demolição do arraial.

Todas as ações sociais se davam, de modo semelhante às ações técnicas, sob um plano de redução ao horizonte, decididas na bidimensionalidade do papel como projeções do real, achatadas em suas volumetrias, encurtadas de suas verdadeiras grandezas e independentes das humanas variações. Sujeitas, portanto, a erros não mensuráveis. Culminaram na transferência de Ouro Preto, nos dois meses que antecederam a inauguração, que se deu sem atraso, de modo programático e com total eficiência, em viagens consecutivas de trem, do aparato burocrático do Estado para os edifícios públicos, e dos funcionários e suas famílias para as duzentas casas, construídas, em seis tipos hierárquicos, pela Comissão Construtora.

Evidentemente, muitos vieram para cá descontentes, deixando para trás suas pacatas vidas, como descontentes ficaram muitos habitantes que viram desaparecer de uma vez e para sempre seu ambiente natal, seus marcos de memória, suas casas e quintais, todo o seu arraial. Secretários de Estado e Chefe de Polícia ocuparam quatro palacetes construídos pela Comissão Construtora nas imediações do Palácio da Liberdade, atrás do qual se localizou uma vila de dez pequenas moradias para pessoal de segurança e apoio. Trezentas famílias de recursos se instalaram em confortáveis construções particulares, soldados e operários foram locados em seis mais modestos tipos de casa, nos bairros a eles destinados, o saldo da antiga população se ajeitou pelos bairros e periferia. E pouco se sabe da acomodação dos “5000 operários de todas as nacionalidades” (BARRETO, 1995, p. 351) que, ocupando improvisadamente grandes barracões coletivos e casebres na Favela do Alto da Estação e no aglomerado do Leitão, trabalharam nas obras.

Resultou, em suma, da realização da ideação de mudança da sede do Governo “para o lugar que mais convier”, uma cidade extraída do artifício, uma população basicamente composta por empréstimo, sem relações espontâneas e profundas com o espaço, nem sequer familiaridade com o seu modo de se conformar e funcionar. Com poucas possibilidades, portanto, de desenvolver apreço a ele, de transformá-lo em seu próprio lugar. Em todo e por tudo foi brusca a ruptura com a tradição deixada pela povoação colonial portuguesa, a da rústica arquitetura de barro e cal dos mestres de obras, muitas vezes levantada a partir de riscos no chão, à maneira medieval, em prática pelo interior do Brasil há então quase quatrocentos anos. O que não impediu que em seu sofisticado e complexo desenho a concepção da Capital acabasse por repetir articulações espaciais da tradição urbanística de dominação que remontam à Antigüidade. Da primeira tradição, frouxamente derivada das *Ordenações do Reino*, é própria a formação espontânea, orgânica, paulatina, da maioria das cidades brasileiras, excetuadas as de função de fortificação, que não ocorreram em Minas. A segunda tem implicação ancestral na fundação ritualizada e geometrizada do espaço no mundo. É oportuno remarcar que sob a ótica foucaultiana, conforme registra Deleuze, “nenhuma formação é o modelo de outra”, repetições devendo ser vistas como “fenômenos de isomorfismo ou isotopia entre formações distintas” (DELEUZE, 1988, p. 22). A demolição maciça de um povoamento, uma disposição viária, volumétrica e estilística predeterminada por palavras e desenhos, geométrica e totalizante, uma estaca zero, uma pedra fundamental e um tempo prefixado de execução já distinguem o evento da Nova Capital de Minas da prática até então corrente no país, mas não de práticas recorrentes no âmbito da história da humanidade. Aplicados conceitos de Foucault, verificou-se que a solução inusitada da combinação das articulações espaciais *repetidas* estabeleceu *regularidade* específica, traçou a *curva*, o limite, o *enunciado* da *visibilidade*, perfez a *raridade*, delineou um horizonte peculiar coincidente com o horizonte ideológico que informou a República.

Para projetar a cidade, partiu-se de duas disposições de “formas de luz” distributivas da visualidade, ambas historicamente visando à extensão do território ao infinito e igualmente inadequadas à topografia montanhosa do sítio escolhido. Em primeiro lugar, foi traçada uma malha viária ortogonal, própria dos fenícios, gregos e romanos, estratégica e pragmática, propícia para a expansão progressiva e ilimitada do território em colônias e eficiente na manutenção da vigilância e atuação policial, mesma imposta na América espanhola pelas armas e ferramentas de arrasamento e em obediência estrita às régias e rígidas Leis das Índias. Sobre esse traçado “em xadrez” foi lançada uma malha radiocêntrica, concepção barroca, ideológica, para além de estratégica e pragmática, baseada na sugestão de Maquiavel (MACHIAVELLI, 1924, p. 208) de substituição da muralha pela identificação do súdito com o soberano, abrindo em tese o domínio real ao infinito. Inaugurada pelo absolutismo no jardim de Versalhes, essa solução de desenho se deu em cidades européias, restrita a reformas e intervenções de clarificação e higienização de espaços urbanos sem possibilidade de expansão e controle eficiente, saneando núcleos saturados e sombrios, remanescidos da Idade Média, não tendo o Renascimento produzido na prática nenhuma alteração urbanística notável.

A combinação simultânea das duas malhas encontrou sua primeira aplicação republicana ao final do século XVIII, na pós-independência americana, com a fundação da Cidade Federal, depois Washington.

Em meados do século XIX, com o intervencionismo estatal do pós-liberalismo europeu, a malha radiocêntrica foi usada na Reforma de Paris, rasgada sobre o tecido medieval existente, de origem romana, atualizada então sob a égide do Progresso a idéia barroca da clarificação e higienização urbanas. Ao final do mesmo século, a combinação simultânea surge na América do Sul com a concepção de La Plata, criada para ser a capital da província de Buenos Aires.

Das duas experiências, a parisiense e a argentina, se aproxima, no tempo, modo de abertura do espaço e motivação progressista, a Nova Capital de Minas Gerais. Uma distinção essencial é que aqui foi feita tábula rasa da povoação precedente, em processo radical de intervenção espacial, versão reduzida e menos brutal dos procedimentos coloniais espanhóis. La Plata já apresentara o fechamento do espaço central urbano por uma avenida perimetral, formalmente semelhante ao Ringstrasse traçado em Viena, tratando-se este, todavia, do simples aproveitamento viário do espaço remanescente da retirada das muralhas. Solução similar, porém de compromisso duplo, funcional e simbólico, inaugurou-se no Brasil com a Nova Capital de Minas Gerais. De certa forma, traduzindo tardiamente a pretensão de controle urbano dos reformadores e socialistas utópicos, recrudescida com o conceito de cidade-fábrica na Europa da primeira metade do século XIX, proposta que já se achava superada quando das ações do Barão de Haussmann em Paris.

O limite espacial e numérico anelado por Robert Owen e Charles Fourier, dentre os utópicos do seu tempo, na linha de Descartes, Thomas Morus, tendo na origem Platão e a idealização da *Republica*, saiu da imaginação e concretizou-se para colocar em prática e significar exatamente os princípios da República, no Brasil, e assim satisfazer os interesses por ela aqui integrados. Ainda que de modo excêntrico, não na sede da Federação, mas na de um de seus Estados mais importantes, atendendo a uma necessidade de afirmação política. O nome de batismo da primeira capital de Estado republicana é indicativo da sua incumbência: Cidade de Minas. A configuração da cidade, que se deu, como visto, da soma de velhos modos infinitos urbanísticos, contidos por modo finito ainda mais antigo, foi apresentada como nova e moderna. A articulação, de fato, o era. Seu ineditismo foi confirmado pelo autor, passados trinta e um anos de seu afastamento da Comissão Construtora, quando de volta a Belo Horizonte.

O Dr. Aarão Reis afiançou ao *Diário de Minas*, em julho de 1926, a inexistência de qualquer concorrente ao anel de contorno, peça de resistência do plano que, com o advento do automóvel, proporcionava uma visão panorâmica, cinematográfica, em *travelling*, da organização espacial exemplar da Capital de Minas:

[...] para mais tarde, já tomei o compromisso de voltar logo que seja possível, dar um passeio de automóvel por toda a “Avenida do Contorno”, percorrendo em meia hora de delicioso prazer os seus 17 kilometros em volta da cidade, privilégio “exclusivo” desta capital no mundo inteiro. Posso garantir-lhe, com conhecimento pessoal, de que não há outra “Avenida” igual em nem uma das mais bellas cidades do velho e do novo continente. (REIS, 1926, p. 1)

Ao exame da lógica do desenho, o plano apresentou-se gradualmente inusitado, peculiar, idiossincrático, contraditório, mesmo. A avaliação histórica mostrou ser ele totalmente condizente com seu encargo e motivação, melhor dizendo, provou ser mesmo a sua tradução espacial. Tornava visível algo pretensioso, todavia equivocado, ingênuo. O confronto da configuração com o *diagrama das relações de forças* daquele momento permitiu apurar as suas condições de *visibilidade*, favoreceu perceber que aqui o cruzamento de interesses políticos e econômicos oligárquicos com um sistema ideológico conveniente engendrou um não-declarado protótipo urbanístico positivista. A brevemente chamada Cidade de Minas compôs-se como um grande objeto científico, uma sorte de motor tocado por forças antagônicas de irradiação e contenção do desenho, destinado a funcionar como indutor do progresso social. Que se daria mesmo fora do limite do espaço e do tempo da bem montada máquina, em cujo interior se relacionariam racionalmente dispositivos institucionais e contingente humano, setorizados por competência em bairros internos ou adjacentes à Avenida do Contorno: dos Funcionários, do Quartel, Comercial, dos operários (Barro Preto), dos artesãos (Lagoinha). Em suma, a Nova Capital de Minas Gerais sintetizou a estrutura filosófica do Positivismo e seu comprometimento com a idéia de Progresso, ao pé da letra da Lei dos Três Estados formulada por Auguste Comte.

A Lei dos Três Estados, “O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”, comumente reduzida à legenda “Amor, Ordem e Progresso”, pressupõe três estados positivos, Natureza, Razão e Progresso. É o *enunciado* da cidade, materializado em três estágios urbanos: espaço Natural, orgânico, o Parque Central; espaço Potencializado, de rígida geometria, o Estado; espaço Progressivo, de geometria mais livre, a Sociedade. Ser a *visibilidade* de uma Lei, de um Código, armar-se no espaço como uma equação matemática, distingue a cidade de todas as precedentes, aqui e no exterior: **Amor + Ordem = Progresso.**

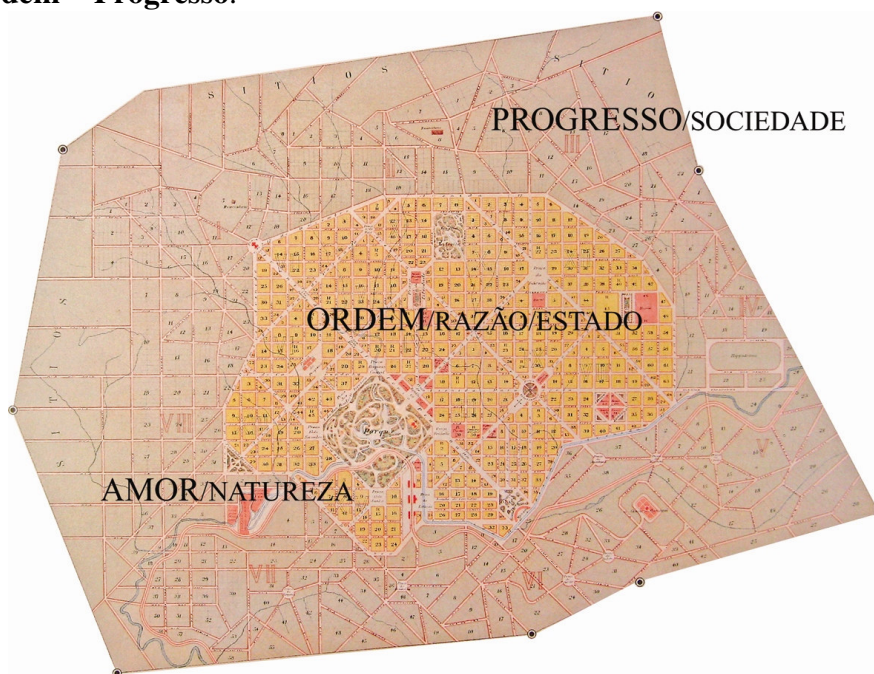


FIGURA 20: Parque, Zona Urbana, Zona Suburbana e a Lei dos Três Estados de Auguste Comte.
Fonte: MAGALHÃES, Maria Beatriz de A., croquis sobre recorte da Planta Geral da Cidade de Minas de 1895.

Diante das definições de Foucault da composição do *saber*, como explicar que *enunciado* e *visibilidade* tenham, cada um, um autor? Ao se perguntar sobre a condição mais geral dos *enunciados*, diz Deleuze: “A resposta de Foucault adquire importância por excluir *a priori* um sujeito da enunciação”. “Diz-se”. E assim, por extensão, “Vê-se”. A condição de *visibilidade* não é o modo de ver de um sujeito. Nem autoria nem intencionalidade sustentam-se no método foucaultiano e muito menos o modo de ver genérico, abstrato, de um *espírito* de época.

O que, através de Deleuze, se pode compreender é que um *acúmulo anônimo*, ainda que sob assinatura, a de Auguste Comte, gestou-se e encontrou saída material, também sob assinatura, a de Aarão Reis, repetindo a *causa imanente*, o diagrama, a configuração instantânea das forças em interação e integradas pelo Estado. A cidade foi aberta por força das vontades vigentes e não da autonomia intencional de uma autoria. Foi posta em ação, por coerência profunda aos voluntarismos atuantes, na disposição territorial da cidade, com foco no Estado, a lógica da superação do natural pelo racional na pretensão de apagar o passado, ordenar o presente, para projetar o futuro. De fato, não existe nenhuma menção a essa ou a qualquer outra inspiração para o partido urbanístico, tratando-se de aspirações plurais antecedentes que, mediadas por ele, tomaram forma, dispendo a luz, linguagem espacial que incluiu a arquitetônica, no que tange a distribuição e a volumetria. Enquanto na velha capital a pontuação era dada pela arquitetura barroca dos muitos templos, aqui e ali destacados do casario pela situação topográfica, na nova, tratando-se de tirar do foco a Igreja, em nítida opção secularista, passa a ser responsabilidade dos prédios públicos. Na situação mais elevada da zona urbana, para reforçar a preponderância do Estado, os edifícios do Governo, de volumetria uniforme, são reunidos na Praça da Liberdade, ponto focal do plano. A hierarquia é definida pela relação estratégica, como no urbanismo barroco, garantido o destaque do Palácio pela perspectiva central e pelo tratamento diferenciado da fachada, com remates em pedra de cantaria.

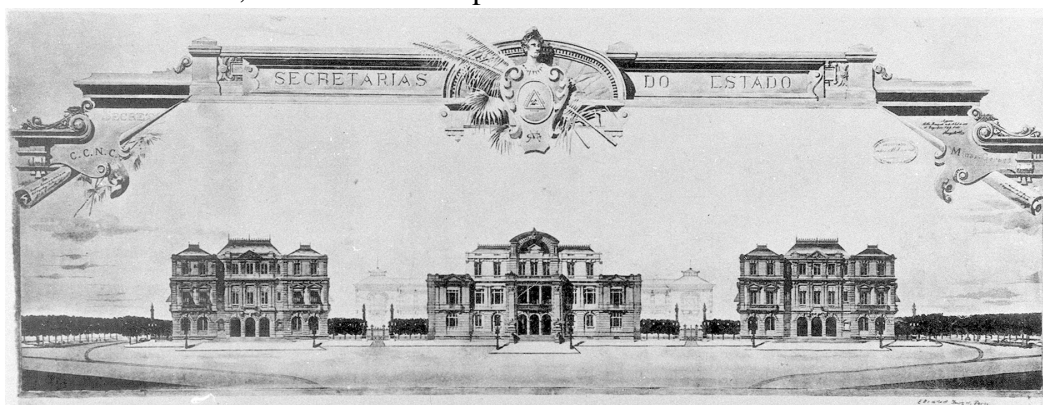


FIGURA 21: elevações das três Secretarias de Estado em projeto da Comissão Construtora.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1895.

Comenta o arquiteto português Alfredo Camarate, colaborador da Comissão, em sua crônica de 14 de outubro de 1894 para o jornal *Minas Gerais*, referindo o arquiteto pernambucano José de Magalhães:

Só uma coisa me impressiona, como artista: é essa tal ou qual uniformidade de estilo, que forçosamente se deve originar de todos os edifícios serem projetados por um só arquiteto de muitos talentos e recursos artísticos. (CAMARATE, 1985, p. 165)

Ao passo da instância implícita, a atuar sobre a percepção, a exercer paradoxalmente o desejo de primazia da razão, apurável somente por uma abordagem *epistemológica, arqueológica e arquivística*, outra formulação, explícita, esta da competência da fenomenologia e da semiologia, a atuar sobre a intelecção, a veicular um imaginário consentâneo, se adiantou. Para a arquitetura dos prédios públicos, foi adotado o Ecletismo, desde a França propositivo de “um tratado de paz”, de “uma conciliação no plano filosófico, político-social e estético”, já em seu contexto monárquico europeu incorporado pelo Positivismo, aderido à idéia de Progresso e de fomento à Indústria (REIS FILHO, 1976, p. 182).



FIGURA 22: duas das três Secretarias de Estado construídas pela Comissão Construtora na Praça da Liberdade.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.

O Ecletismo, solução ideológica e pragmática, ao passo da carga simbólica de acolhimento das diversidades no projeto da formação da nacionalidade, ensejando na liberalidade ornamental a conveniente demonstração das idéias progressistas, enfatizada a exportação do café, estimulou, para a perfeita realização construtiva e estilística, a importação de matérias-primas, como o mármore, e manufaturados, sobretudo em serralheria. E significou a negação do Neoclássico, estilo sóbrio, característico do Império. É importante notar que o Art Nouveau, questionando a preponderância da Indústria sobre a Natureza, havia posto em xeque o núcleo ideológico do Positivismo e talvez por isto não tenha vingado na Nova Capital. Teve aparições esporádicas e parciais, restritas a detalhes, contrariando a regra totalizadora do estilo, integrar cosmicamente Natureza e Arquitetura, em todos os níveis de intervenção humana no espaço, como defendeu na Inglaterra o socialista utópico William Morris. A prerrogativa da totalização, entretanto, na Nova Capital, seria apanágio da palavra de Ordem: para o Progresso. A arquitetura particular, residencial ou comercial, seguiu o paradigma institucional, como o Palacete Dantas, e mais tarde o Solar Narbona, de volumes equivalentes, na Praça da Liberdade.



FIGURA 23: Solar Narbona e Palacete Dantas, na Praça da Liberdade.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.



FIGURA 24: busto da República e emblema do Estado de Minas Gerais.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.

Seguindo a escolha de um vocabulário laico, detalhes neoclássicos exaltam a excelência do regime nas representações ancestrais da Liberdade e da República, conjugadas a símbolos locais, como o emblema do Estado de Minas na atual Secretaria da Educação.



FIGURA 25: frontão da Imprensa Oficial com as armas da República.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.

A permissividade estilística fez mesclar aos atributos dos mitos da Antigüidade, em substituição a louros e acantos, ramos e frutos de café, que adornam as armas da República no frontão da Imprensa Oficial.

O mesmo se dá com os coletores de água pluvial em ferro fundido nas fachadas das Secretarias de Estado na Praça da Liberdade e o piléu da Liberdade no Palácio da Justiça.



FIGURA 26: tubulação pluvial em uma das Secretarias e ornato com barrete frígio no Palácio da Justiça.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.

Particulares adotaram a iconografia oficial. Em sobrado do centro da cidade, resta ainda, em cada extremo da platibanda do frontispício, uma esfera celeste com a tarja e o dístico *Ordem e Progresso*. Arthur Azevedo publica no jornal *Minas Gerais* em 11/12/1901:

Passando por uma das ruas principais da cidade, avistei na fachada de um prédio de bela aparência, o busto de Floriano Peixoto fazendo *pendant* ao da República. Supus que fosse um edifício do Estado: era uma casa particular. (AZEVEDO, 1982, p. 195)



FIGURA 27: esfera com tarja e o dístico *Ordem e Progresso* em casa na Av. Oiapoque.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.



FIGURA 28: frontão da casa de Carlo Antonini, na esquina da Rua da Bahia com a Rua Bernardo Guimarães.
Fonte: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira, 1989.

Carlo Antonini, construtor italiano, que aqui se radicou e prestou serviços de terraplenagem e edificação à Comissão Construtora, tendo participado da construção do Palácio da Liberdade, ergueu, nas imediações deste, seu palacete residencial com iconografia progressista no frontão, que se adequou com perfeição à ocupação posterior, a da Escola Ordem e Progresso.

A abordagem da intervenção espacial com o *método concreto*, em dois níveis de investigação, ação e representação, permitiu o entendimento não apenas dos padrões compositivos urbanísticos, arquitetônicos e estilísticos, mas em que e como materializavam e refletiam as fabulações ideológicas e confabulações políticas naquele momento. Chegou-se a esta inesperada revelação: construiu-se aqui uma cidade-lei, cidade-legenda. Em tradução ciceroniana, uma cidade que se deve ler. Uma cidade que louva a Liberdade em sua arquitetura e exerce na sua articulação urbanística a proposta da Ordem para o Progresso.

O busto doado pelo Clube Republicano ao acervo que constituiu o Museu Histórico da Cidade, hoje Museu Histórico Abílio Barreto, misturando atributos da Liberdade (à guisa de dragonas, duas caras de leão, símbolo do domínio da deusa frígia Cibele sobre a Natureza, e o seu barrete, que era conferido ao escravo liberto na ponta de uma lança), com festões de café e a legenda positivista, personifica a República, como poderia representar também seu protótipo urbano, a Cidade de Minas.



FIGURA 29: busto da República com barrete frígio e faixa da *Ordem e Progresso*.
Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007.

Alfredo Camarate sugeria, em crônica no jornal *Minas Gerais*, que fosse projetada uma estátua que figurasse a Capital e representasse as linhagens confluentes dos mineiros:

Construímos, é verdade, uma capital para os filhos do Estado de Minas; mas esses mineiros são também filhos da República dos Estados Unidos do Brasil e são, além dessas duas desvanecedoras filiações, filhos do século das luzes ou, talvez antes, do século XX, que se lhe segue [...]. [...] A estátua de “Minas” cingiria a coroa mural. (CAMARATE, 1985, p. 166 e 169)

Procede-se a esta introdução para expor que Belo Horizonte, aparentemente igualável em sua problemática urbana da era da globalização a tantas outras cidades no Brasil, tem como especificidade um momento zero, e um momento zero de valor crítico, próximo, observável e ainda se fazendo valer. A Capital do Estado de Minas se materializou como ponto de inflexão da história urbana brasileira. Trata-se de demonstrar aqui que a dupla e forte constituição da cidade como *saber*, *linguagem* e *luz*, formulado e formado dentro do princípio comtiano, tendo a *ratio* como articulação, contorno e horizonte, inevitavelmente a incorporou como elã que haverá sempre de demandar na *poiesis* a contraparte, a formação de seus focos de resistência. A manutenção da linha foucaultiana para atingir tal objetivo justifica-se pelo alcance sensorial e não apenas intelectual do seu instrumental arquivístico. A disposição espacial não é apenas uma alteração de paisagem, de cenário, implica “o investimento político do corpo”, solicita um conhecimento que ultrapassa os níveis conscientes da interação entre o ser e o mundo, como examina Deleuze:

Isso só pode ser avaliado se tomarmos como ponto de partida a ruptura de Foucault com a fenomenologia no sentido “vulgar”, isto é, com a intencionalidade. Que a consciência vise à coisa e “se signifique” no mundo – eis o que Foucault rejeita. (DELEUZE, 1988, p. 116)

Cidade-mensagem, cidade-código, cidade-manual, cidade-pedagógica, como quer que se entenda, sendo enunciação concreta de determinada lei, pede para ser lida, demanda que se complete a dualidade do *saber* proposta por Foucault, que se dê continuidade ao primeiro trabalho, para se confirmar o que está em jogo na produção dos errantes.

Tendo-se as condições *diagramáticas* das *visibilidades*, de grande impacto, examinam-se agora, no âmbito das *estratificações*, as *legibilidades* que as antecederam e a elas se ladearam, em também inédita aparição, expondo, no nível correlato, o *enunciado*: a superação da Natureza pela Razão para o Progresso da Sociedade. Volta-se a atenção aos testemunhos dessa idealização.

O marco que se toma é o documento estatístico, “Arraial do Bello Horizonte”, por se fazer acompanhar de planta topográfica do povoado, encaminhado pelo autor, o Cel. Júlio César Pinto Coelho, ao Governo do Estado, propugnando a candidatura do Belo Horizonte para sediar a Capital, já sugerida por moradores do arraial em artigos no jornal *O Contemporâneo*, de Sabará. Começam, assim, a irromper, vindos do *diagrama*, a ele dando forma, o *dizível* e o *visível*, encarnando uma vontade coletiva política, instruída por motivações econômicas. Mais do que indícios, são manifestações do abandono do *laissez-faire* e da opção pela racionalidade, que se alastram a partir da sociedade civil, integrando-se e difundindo-se através do Estado. Inaugural de uma produção oficial destinada a conferir consistência científica à idéia, confirmar e divulgar a sua neutralidade, foi o *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna (Presidente do Estado) pelo Engenheiro Civil Aarão Reis, janeiro a maio de 1893, Comissão D’Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital*, editado pela Imprensa Nacional. Seguiram-se, ideados também por Aarão Reis, em mesmo formato e impressas na gráfica H. Lombaerts & C., no Rio de Janeiro, pela Comissão Constructora da Nova Capital, constituída em 1894, *Revista Geral dos Trabalhos: Publicação periódica, descritiva e estatística, feita, com a autorização do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis: I, abril de 1895*, e *Revista Geral dos Trabalhos: Publicação periódica, descritiva e estatística, feita, com a autorização do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho: II, agosto de 1895*. E, no mesmo ano, o *Album de vistas locais e das obras projectadas para a edificação da nova cidade sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis*. Antes ainda dessas publicações oficiais, um periodismo noticioso de alcance nacional, de cunho literário, afetando casualidade, teve início.

Verifica-se agora o seu comprometimento, caracterizando sistemática campanha jornalística, desde a primeira hora instrumental fundamental na preparação do terreno, na partida e na alçada exitosa do pretendido marco concreto da radical mudança dos rumos da história brasileira.

É indício dessa campanha uma longa matéria publicada em importante jornal do Rio de Janeiro, imediata à vitória da localidade de Belo Horizonte para sediar o Governo do Estado de Minas. As discussões do detalhado *Estudo das Localidades* no Congresso, reunido em Barbacena, levaram a um resultado inesperado. O que não impediu que fosse logo incorporado pelo correspondente de *A Gazeta de Notícias*, parado ali na velha capital e preparado para a adesão ao projeto, qualquer que fosse a escolha. O texto “Belo Horizonte: A Nova Capital de Minas” saiu seriado entre os dias 26 e 30 de janeiro de 1894. O autor, Olavo Bilac, o havia assinado na véspera da publicação da primeira parte, de volta a Ouro Preto, de onde partira em viagem de trem na madrugada do dia 16 para conhecer a localidade vencedora. Bilac, exponenciando ao máximo suas funções de jornalista, poeta e intelectual, assim inicia o texto consagrador da escolha:

Contém a lei orgânica de Minas uma disposição, que confere ao Congresso poderes para determinar, no território mineiro, a localidade mais adequada à fundação de uma grande cidade, que sirva de capital ao Estado. Há pouco mais de dois meses, reunido em sessão extraordinária em Barbacena, começou o Congresso a deliberar sobre o assumpto, depois de ouvido o relatório do Dr. Aarão Reis, engenheiro chefe da grande comissão de estudo das localidades indicadas. [...] Mas encerrada a terceira discussão, fomos em Ouro Preto surpreendidos pela noticia telegraphica de que vencera Bello Horizonte. (BILAC, 26/01/1894, p. 1)

Logo o tom objetivo é substituído pela declaração da subjetividade da motivação da vilegiatura e da abordagem pretendida e descrições poéticas da chegada, em indisfarçado tom laudatório e persuasivo, enaltecidas do solo, do sítio e da paisagem:

Escolhido o local para o novo centro administrativo d'este incomparavel Estado, levou-me a curiosidade a visita-lo para fornecer aos leitores da Gazeta noticia rápida da sua belleza, segundo impressão pessoal. [...] Estamos a mil metros, mais ou menos, acima do nível do mar. Dous panoramas diversos se desenrolam. De um lado, é a natureza selvagem da serra, grandes massas brutas de arvoredo que lhe galgam a lombada e se accumulam em baixo, n'uma floresta emmaranhada e pujante. De outro lado, é a vista de todo o chapadão longuissimo; a povoação do Bello Horizonte. (BILAC, 26/01/1894, p. 1)

Ao terceiro dia de publicação da série, vem a aclamação: “Belo Horizonte é um lugar em que se póde construir a mais bella cidade da América” (BILAC, 28/01/1894, p. 1).

Deram seqüência às matérias de Bilac, duas séries de crônicas, a elas congruentes: “Por montes e vales”, publicada ao longo de 1894, a primeira em 14 de março, de Alfredo Camarate, arquiteto português aqui residente como correspondente do *Minas Gerais* de Ouro Preto, e “Um Passeio a Minas”, publicada entre 1901 e 1902, de Arthur Azevedo, que também veio em missão para *O Paiz*, do Rio de Janeiro. Era o início de campanha que tomaria maior vulto em apoio à reforma empreendida por Pereira Passos na Capital Federal, sem dúvida estimulada pela experiência da Capital de Minas, pioneira intervenção estatal em grande escala no país, feita para a atualização republicana do espaço urbano.

Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão*, comenta a participação de Olavo Bilac (àquela altura bastante versado em clarificação urbana, pela estada em Belo Horizonte) na campanha em prol da renovação do Rio de Janeiro. Se lá incluiu “a condenação do mestre-de-obras, elemento popular e responsável por praticamente toda edificação urbana até aquele momento, que foi defrontado e vencido por novos arquitetos de formação acadêmica”, aqui essa condenação já ocorrera em grande estilo. Sevcenko mostra uma situação de maior repercussão, por se tratar da Capital Federal, mas Belo Horizonte foi evento piloto, incluída a participação de Bilac:

A expressão “regeneração” é por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para completar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana. O mármore dos palacetes representava simultaneamente um lápide dos velhos tempos e uma placa votiva ao futuro da nova civilização. Olavo Bilac descreve com um sadismo sensual e efusivo a demolição da antiga cidade e a abertura de novas perspectivas. (SEVCENKO, 2003, p. 44)

Não se pode deixar de incluir nessa campanha a produção propagandística no exterior, destinada a atrair mão-de-obra e investidores, feita em folhetos ilustrados, distribuídos, sobretudo, nos navios que traziam emigrantes para o Brasil. Em Portugal, saiu em 1894 o *Guia do imigrante portuguez para o Estado de Minas Geraes*, de Antônio Gomes da Silva Sanches. A propaganda visou em especial à Itália, pelo grande contingente de operários, artesãos, artistas e arquitetos, que de lá vieram em número significativo.

Em Nápoles, no ano seguinte, Alessandro d’Atri publicou em *Uomini e cose del Brasile* (*Descrizione dei viaggi compiuti negli anni 1894-1895*), “d’Bello Orizzonte”, onde consta:

E Bello Orizzonte, lo dicce il suo nome – ha la bellezza del suolo; ha il sorriso della natura; ha la salubrità del clima; ha la squisitezza dell’acqua; ha la freschezza del’aria; ha l’azzurro carico del cielo. (BARRETO, 1995, p. 642)

Tendo estado aqui em 1896, d’Atri editou em Paris., no ano de 1897, como publicação avulsa, *d’Bello Orizzonte*, com o subtítulo “Minas Geraes-Brasile”, contendo reproduções de uma planta e dez elevações. Em Gênova, Carlo Fabricatore publicou *Nel Brasile: Lo Stato di Minas-Geraes: La Nuova Capitale, Istituto Sordo-Muti*, 1895 e, no ano seguinte, direcionou o texto a um público específico, sob o título *Lo Stato di Minas-Geraes: Informazioni utili agli Emigranti, Operai e Capitalisti. Pubblicazione gratuita* 1896. Impresso na Lit. Armanino, traz na capa os emblemas de Minas e da Federação e contém, da futura Capital de Minas, a elevação dos *Palazzi dei Ministeri* (Secretarias de Estado), o mapa “Posizione del Brasile nell’ America del Sud e di Minas-Geraes nel Brasile” e a descrição:

Bello Orizzonte, che sarà la capitale col nome di **Minas**, dove per la fine dell’anno de 1897, si transporterà il governo dello Stato – è situata in un magnifico altipiano [...]. La città è costruita, colle piú moderne perfezioni architettoniche ed igieniche. (FABRICATORE, 1896, p. 43)



FIGURA 30: capa de folheto propagandístico publicado na Itália.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1896.

Ressalte-se esse também inusitado fluxo enunciativo, verbal, que instruiu o advento da Nova Capital. A conformação discursiva precedeu (“o enunciado tem primazia graças à espontaneidade de sua condição (linguagem), que lhe dá forma determinante” (DELEUZE, 1988, p. 76) e ladeou-se à conformação não-discursiva, visual. Integradas em *saber*, distinguem Belo Horizonte das demais cidades precedentes no país. Fizeram acontecer no Brasil uma cidade nos moldes das cidades latino-americanas de colonização espanhola, para as quais Angel Rama em *Ciudad Letrada* criou os termos “letrada” e “ordenada”. Por tal conformação, a Nova Capital rompeu a história da formação urbana brasileira, não só em que passou de desordenada a ordenada, mas de iletrada a letrada. A partir dessa qualificação de Belo Horizonte, ganham novo posicionamento na história do Brasil a Reforma do Rio de Janeiro e a mudança da Capital Federal para Brasília.

A tão letrado, laico e forâneo programa, calcado na racionalidade, que pretendeu pela ordenação do espaço físico promover o progresso social, neutralizando, já a partir da topologia e da tipologia urbanas, a presença hierárquica tradicional da Igreja, na afirmação de um Estado cientificamente aparelhado, respondeu, de forma local e também letrada, porém religiosa e calcada na existência, o Padre Francisco Martins Dias, vigário da antiga Freguesia da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rei, já então republicanamente renomeado de “Arraial do Bello Horizonte”. Tendo montado a duras penas a sua Typographia, lançou, em setembro de 1895, o primeiro jornal local, de tiragem dominical, o *Bello Horizonte*, nele publicando artigos em série sobre o lugarejo que se destruía para a ereção da grande cidade. Em 1897, os reuniu em livro, concernido da incumbência da produção da memória do lugar em desaparecimento, da missão da articulação histórica do passado, cumprindo por antecipação a enunciação benjaminiana:

Articular historicamente o passado [...] significa apoderar-se de uma lembrança tal como lampeja no momento de um perigo. Trata-se de flagrar uma imagem do passado tal como se apresenta ao sujeito histórico no momento de perigo, de modo irreversível. (BENJAMIN, 1987, p. 236-237)

Há que se destacar este fato notável: antes mesmo de nascer a cidade, nascem aqui um jornal e um livro, o primordial livro do lugar, livro intervalar, da articulação de sua história e arrebatamento de sua memória pelo sujeito histórico – o vigário, detentor do poder local, a Igreja – no momento da destruição do povoamento e da rearticulação do destino da localidade, relato e retrato da sua condenação e nova vocação. A Capital é, pois, inaugurada, ao fim de 1897, já tendo produzido uma primeira e bastante crítica obra literária, em reação aos exageros aqui cometidos em nome da razão. O que significa que a um letramento de proposta apresentou-se de imediato um letramento de resposta. É assunto central do livro o “êxodo forçado da população” para a periferia. Sintomático do episódio, embora voluntário, foi o afastamento, para Venda Nova, do ex-guarda-mor e Mestre de Primeiras Letras Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, desgostoso com a condução, relativa à sua propriedade, do Engenheiro Chefe Reis, com quem cooperara em nome do interesse do Estado e da República. Cerqueira, antes ainda das definições da mudança da Capital, logo após a Proclamação, participara no Clube Republicano do processo de renomeação do arraial para alinhá-lo ao novo regime, e, na última das reuniões com a pauta, criara a expressão *Belo Horizonte* em contraproposição a *Novo Horizonte*, que referia a mudança do panorama político do país. A defesa de uma conotação mais afeta ao lugar, diante das abstratas perspectivas republicanas, que para o Mestre se demonstraram fatais, foi premonitória da preponderância da regra sobre a vida que aqui se instalaria e perpetuaria. A prevalência do poder público, ainda hoje vigente nas relações sociais, de trabalho e culturais da cidade, reforçou-se com o programa federal de renovação da Educação, em Minas levado a níveis elevadíssimos a partir do fim da década de 1920, e evidencia-se na imprensa, o maior aliado do Estado, mesmo nos dias atuais. O jornal de maior tiragem estadual, nascido na ocasião, histórico detentor do monopólio na formação de opinião e influência nas decisões em Minas, leva o nome do Estado e é o Estado que mantém o tradicional Suplemento Literário, originalmente editado pela Imprensa Oficial, até hoje impresso em suas oficinas.

Angel Rama aborda a questão da imprensa na América do Sul e inclui o Brasil:

De todas las ampliaciones letradas de la modernización, la más notoria y abarcadora fué la prensa, al iniciarse el siglo XX, resultó la directa beneficiaria de las leyes de educación común propuestas por abnegados pedagogos [...], el maior êxito les cupo a los periódicos-empresas que concluyeron siendo los pilares del sistema y parte ostensible de la *ciudad letrada*: es el caso de *La Nación* en Buenos Aires u *O Estado de São Paulo*, en el Brasil. (RAMA, 1998, p. 66)

A apropriação naturalizante do real pela discursividade ideológica que teve início na idealização da cidade é, portanto, causal de uma contrapartida, a produção literária em reação e resposta que também se dá logo na virada do século XIX para o XX. Podem-se considerar duas obras como fundantes e representativas em duas categorias literárias. A primeira é o livro do Padre Francisco Martins Dias, *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. É a obra ensaística seminal da memória histórica de Belo Horizonte, um tanto ambígua, como a posição do padre, escrita a pretexto de informar sobre a construção da Nova Capital e mediar as negociações, na intenção de compensar a dispersão da sua Freguesia e produzir através da racionalidade algum controle sobre o processo intervencionista que avassalou o lugarejo. Comprovadamente informou a produção, por Abílio Barreto, de *Bello Horizonte: Memória histórica e descritiva*, estudo fundamental para qualquer trabalho sobre a cidade.

Antes de apontar a segunda categoria, remarque-se a motivação deste trabalho, o encontro da linguagem radical, oposta à do Estado, aos códigos, convenções, instituições, ambientes e meios de produção e reprodução intelectual e literária, a poética dos errantes, revelada pela investigação *in loco* da história da cidade, e que acabou por fechar um circuito, reconduzindo aos primórdios do letramento que produziu Belo Horizonte e do seu enfrentamento também letrado. Aplicados a essa poética de rua, por pertinentes e oportunos, os conceitos nucleares desenvolvidos por Deleuze e Guattari no “Tratado de Nomadologia: A Máquina de Guerra” e em “O Liso e o Estriado”, ela se caracteriza como uma atuação performática de resistência que torna o *logos* em *nomos*, transmutando o espaço da cidade.

A constatação do paralelismo da poética do errante com uma poética formulada em Belo Horizonte no começo dos anos de 1960, a de Affonso Ávila, suscitou a indagação quanto à existência de uma literatura específica, afetada pela concepção e nascimento da cidade na interioridade do Estado, atingida por sua constituição em derivação direta e absoluta de um código. No limiar do estado de exceção que logo se instalou no país com a decisiva colaboração do Governo de Minas, a poética decisiva de Affonso Ávila, irrompendo em livro enfaticamente intitulado *Código de Minas & Poesia Anterior*, marcou o momento, entre nós, em que a coerção do Estado atingiu a poesia. A forma deixou de acolher uma poética para uma problemática dar forma a uma poética, condição até então própria do romance moderno, como o entende Lukács na *Teoria do romance* (LUKÁCS, 2000). Ávila declaradamente deixou para trás a “poesia anterior” e encarou os códigos. Encontrou-se logo a gênese dessa literatura belorizontina sintomática da coerção do Estado justamente no primeiro e imediato romance produzido na cidade, significativamente intitulado *A Capital* pelo anarquista sabarense Avelino Fóscolo. É a obra ficcional seminal da produção literária em Belo Horizonte, escrita entre 1902 e 1903, que se movimenta no sentido de responder, pela sensorialidade, ao mesmo fenômeno enfrentado, pela intelecção, por Martins Dias, e produzir, pondo em evidência a fantasmagoria da cidade artificialmente produzida, a primeira contundente avaliação e uma decidida contestação da ordem espacial, ideológica, política e social. Verificou-se que, com Fóscolo, foi de pronto posto sob ficção o que havia sido racionalmente integrado e codificado pelo Estado em operação inédita no Brasil, a fundação *in toto* de uma cidade. Tome-se, para compreendê-lo a extensão, em corte ainda não exposto, tal operação literária, igualmente inédita, diante do enunciado de Wolfgang Iser em *O fictício e o imaginário*:

O ato de fingir, como a irrealização do real e a realização do imaginário, cria simultaneamente um pressuposto central que permite distinguir até que ponto as transgressões de limites que provoca representam a condição para a reformulação do mundo formulado, possibilitam a compreensão de um mundo reformulado e permitem que tal acontecimento seja experimentado. (ISER, 1996, p. 15-16)

A Capital, diante da subtração de um mundo palpável e sensível e sua substituição por outro, intangível, miasmático, fantasmal, paradoxalmente próximo, concreto, inarredável e incompreensível, problematiza essa situação limite *in extremis* e procede com a sua construção literária à desmitificação, por meio da **realização** do imaginário fulgurante do Estado, de furor pedagógico e persuasivo. Fóscolo providencia, ao modo posteriormente descrito por Lukács para caracterizar o romance moderno, a integração de pontos “impressionistas” de uma vida dilacerada para a produção de seu sentido. Sintetiza a *bio-grafia*, não de um indivíduo, mas de um lugar obliterado e sua coletividade destituída e deslocada. Pode-se falar, então e melhor, no caso de *A Capital*, de uma *bio-carto-grafia*.

Na busca da seqüência dessa literatura, que concerne a um espaço e sua ocupação promovida pelo Estado, vai se identificá-la na produção romanesca da primeira geração aqui formada, ou reunida, sob os auspícios do Governo e da imprensa, sua parceira: a dos “rapazes modernistas” de Belo Horizonte, juventude crítica e contestadora das instituições que inapelavelmente a absorviam, com ironia autodenominada o Grupo dos Jovens Literatos Oficiais. É, ao final do primeiro quartel do século XX, o segundo momento, também de forte elã estatal, de constituição da cidade como pedagogia, todavia levantada do chão, quando não é mais necessária a estriagem espacial, mas a das mentalidades.

Dessa produção, destacam-se três obras nas quais a cidade, como em *A Capital*, constitui a *causalidade imanente*, para usar a expressão foucaultiana: *República Decroly*, de Moacir Andrade, *Totonio Pacheco*, de João Alphonsus e *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos. Cada qual desenhou, ao seu modo, oculto ou evidente, uma *bio-carto-grafia* de Belo Horizonte. Constata-se com eles que, diante do impacto da implantação e desenvolvimento da Nova Capital de Minas, a literatura constituiu forte instrumento de transgressão dos limites que, sem apelo, se impuseram ao lugar – e às pessoas que nele moravam, ou que por ele tiveram que transitar ou viver –, conformando-lhe o caráter.

É o que, no mínimo, a poética dos errantes, na exterioridade absoluta, em marcha cotidiana, contrária, sobre a cidade, a partir dos anos de 1980, fez ver. Suas intervenções, a despeito de efêmeras, revelaram-se decisivas em suas movimentações éticas e estéticas em Belo Horizonte. Frente a toda a adversidade, em esforço de transformação da cidade sintética, estranha, inóspita, em lugar orgânico, reconhecível, familiar, os errantes resistem: com a apropriação do que é descartado e com a sua devolução à cidade, em outra articulação, problematização da ordem vigente pela arte e pela poesia na produção de um sentido que percebem inexistente. Contrapõem, assim, outras legendas, outros estandartes, marcos e balizas, os seus. Antes de serem esses levados aos campos formais da literatura e da arte para o exame, deve-se abrir e estender um mapa pouco explorado da história de Belo Horizonte, o da sua fundação letrada e ordenada, evento excepcional no quadro da formação urbana do Brasil, que convocará obrigatoriamente o quadro da formação urbana da América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, W. Theodor. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Editora Ática, 1992. 216 p.
- AFFONSO ÁVILA, Antônio Sérgio Bueno (Org.). *Encontro com escritores mineiros; 1*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Literários, 1993. 114 p.
- ALPHONSUS, João. *Totonio Pacheco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 256 p.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia até agora*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1948. 257 p.
- ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1955. 495 p.
- ANDRADE, Moacir. *República Decroly*. Belo Horizonte: Edições Pindorama, 1935. 204 p.
- ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2001. 227 p.
- ARISTÓFANES. *As Aves*. vv.1015-1020.
- ÁVILA, Affonso. *Código de Minas & poesia anterior*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1969. 238 p.
- _____. *O visto e o Imaginado*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. 158 p.
- _____. *A lógica do erro*. São Paulo: Perspectiva, 2002. 202 p.
- _____. *Cantaria Barroca*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1975. 64 p.
- AZEVEDO, Arthur. Um passeio a Minas – II. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, XXXIII: p. 179-211. 1982.
- BACHELARD, Gaston. *O direito de sonhar*. 2. ed. São Paulo, 1986. 199 p.
- _____. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1957. 176 p.
- BARICCO, Alessandro. *Novecentos: um monólogo*. Tradução de Y. A. Figueiredo. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 71 p.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média*. v. 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 446 e 913.

BELO HORIZONTE: *bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais Fundação João Pinheiro, 1997. 204 p.

BELTING, Hans. *O fim da História da Arte: uma revisão dez anos depois*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Cosacnaify, 2006. 320 p.

BENEVOLO, Leonardo. *Diseño de la ciudad 4: el arte y la ciudad moderna del siglo XV al XVIII*. México: Ediciones G. Gili., 1978. 206 p.

_____. *Diseño de la ciudad 5: el arte y la ciudad contemporánea*. México: Ediciones G. Gili., 1978. 248 p.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 277 p. (Obras Escolhidas II)

_____. *Charles Baudelaire – um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 271 p. (Obras Escolhidas III)

_____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 253 p. (Obras Escolhidas I)

_____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 1167 p.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 395 p.

BÍBLIA SAGRADA: Antigo Testamento. São Paulo: Pia Sociedade de São Paulo, 1951. 1694 p.

BILAC, Olavo. Belo Horizonte – A nova Capital de Minas I. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1894.

_____. Belo Horizonte – A nova Capital de Minas II. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1894.

_____. Belo Horizonte – A nova Capital de Minas III. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1894.

_____. Belo Horizonte – A nova Capital de Minas IV. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1894.

BLANCHOT, Maurice. *A conversa Infinita: a palavra plural*. Tradução Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Escuta, 2001. 152 p.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 426 p.

_____. Texto I. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 255 p.

BOLTSHAUSER, João. *Noções de Evolução Urbana no Brasil*. v. I-II-III. Belo Horizonte: Serviço Gráfico da Escola de Arquitetura da UFMG, 1968.

BOURGEOIS, Louise. Prefácio. In: *Século XX - Arthur Bispo do Rosário*. Rio de Janeiro: Museu Bispo do Rosário. 2006.

BOUVARD, Joseph Antoine. Bello Horizonte e seu futuro. Opinião de Mr. Bouvard. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 mai. 1911, p. 2.

BORGES, Jorge Luis. *Um ensaio autobiográfico*. Tradução de Maria Carolina de Araújo e Jorge Schwartz. São Paulo: Globo, 2000. 158 p.

BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o projeto das passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 566 p.

BUENO, Antônio Sérgio. *O modernismo em Belo Horizonte: década de 20*. Belo Horizonte: UFMG, 1982. 190 p.

CALLE, Sophie. *Double game*. Londres: Violette Editions, 1999. 293 p.

CAMARATE, Alfredo (sob pseudônimo de Alfredo RIANCHO). Por montes e valles – *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte v. XXXVI, 1985. p. 23 a 198.

CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira, e outros escritos*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. 252 p.

_____. O portador. In: *Nietzsche: vida e pensamentos*. São Paulo: Martin Claret, 1997. 136 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 309 p.

CERTEAU, Michel de. *L'Invenzione del quotidiano*. Traduzione di Mario Baccianini. Roma: Ed. Lavoro, 2005. 317 p. (tradução da autora)

_____. *A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. 351 p.

COMTE, Auguste. *Catéchisme Positiviste*. Saint-Germain: Eugène Heutte et Cie, 1874. 394 p.

CHAMBERS, Iain. *Migrancy, culture, identity*. Londres: Routledge, 1995. 154 p. (tradução da autora)

_____. *Sulla Soglia del Mondo: l'altrove dell'Occidente*. Roma: Meltemi editore, 2003. 249 p. (tradução da autora)

_____. *The stones in language*. (Paul Carter's writings. Critical essay). Academic communication. Nápoles: 2006. 7 p. (tradução da autora)

CHOUAY, Françoise. *L'urbanisme: utopies et réalités, une anthologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1965. 447 p.

CIVIS. Mudança da Capital. *O Contemporâneo*, Sabará, 29 jun. 1890.

COELHO, Júlio César Pinto. Arraial do “Bello Horizonte”. *Anuário de Minas Gerais*, Belo Horizonte 6 (t.1), 1918. p. 512 e 513.

CORREIA, Marcos de Sá. O bom e o velho país do futuro. *NO MÍNIMO*, [s.l], 23 jul. 2005. Disponível em: <www.nominimo.com.br>

CRAIG, Mike e Nigel THRIFT. *Thinking space*. London: Routledge, 2000. 384 p. (tradução da autora)

DANTO, Arthur C. *Após o fim da Arte: Arte contemporânea e os limites da história*. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Odysseus Editora, 2006. 292 p.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 142 p.

_____; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. 240 p.

DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Typographia do Bello Horizonte, 1897. 108 p.

DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 218 p.

DUVE, Thierry de. *Ressonances du readymade: Duchamp entre avant-garde et tradition*. Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon, 1989. 300 p.

FABRICATORE, Carlo. *Lo Stato di Minas-Geraes: Informazioni utili agli Emigranti, Operai e Capitalisti*. Pubblicazione gratuita. Gênova: Lit. Armanino, 1896.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996. 650 p.

FERNANDES, Carlos Dias. Na acrópole das rosas. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 09 mai. 1925, p. 7.

FÓSCOLO, Avelino. *A capital*. Prefácio de Eduardo Frieiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. 290 p.

FOUCAULT, Michael. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1987. 239 p.

_____. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978. 560 p.

FORTUNA CRITICA DE AFFONSO ÁVILA. Introdução de Melânia Silva de Aguiar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro, 2006. 484 p.

FRIEIRO, Eduardo. *Novo Diário*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1986. 395 p.

GIBSON, J.J. *The senses considered as a Perceptual System*. 1966. Boston: Houghton Mifflin.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Viagem à Itália: 1776-1788*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 436 p.

GOUGEON, Luc. Carte topographique de l'esprit benjaminien. *Actes du colloque sur le legs benjaminien. Pensée, critique et histoire après Walter Benjamin*, nº 0501.03 (2005) de Konstellations. Bloc-notes de la pensée littéraire. 13:15 07/01/2007. 11 p.

GRAVATÁ, Hélio. Contribuição bibliográfica sobre Belo Horizonte. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte XXXIII, 1982. p. 9 a 175.

HAZARD, Paul. Belo Horizonte visto pelo professor Paulo Hazard. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 ago. 1927, p 11.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

IGLÉSIAS, Francisco. Três Séculos de Minas. *Cadernos de Minas I*. Belo Horizonte: Biblioteca Estadual Luis de Bessa, 1985. 32 p.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Dicionário de construtores e artistas de Belo Horizonte – 1894/1940*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997. 315 p.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. 368 p.

JACQUES, Paola Berenstein (Org.). APOLOGIA DA DERIVA. *Escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista*. Tradução de Estela Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 160 p.

KÉCHICHIAN, Patrick. Artaud, um mito em revisão. *Folha de São Paulo/Mais*. São Paulo: 10/12/2006. p. 3.

LACHMUND, Charley. Como vi nascer Belo Horizonte. *Vozes de Petrópolis*. Petrópolis: 350 a 358, mai./jun., 1946. p. 354.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 400 p.

LEVY, Hannah. A propósito de três teorias sobre o Barroco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 259-289, 1941.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital: apontamentos históricos*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1905. 44 p.

LUKÁCS, Georg. *A Teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. 236 p.

MACHIAVELLI, Niccoló. *Il Príncipe e altri scritti minori* – a cura di Michele Scherillo. Milano: Hoepli, 1924. 520 p.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. REGIZTROS EFÊMEROS. poesia e ensaio fotográfico. In *Revista Zap Cultural: Secretaria Municipal de Cultura*. Belo Horizonte: PBH/Ciclope, n.1, 1996. CD-ROM.

_____; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989. 216 p.

MAISTRE, Xavier de. *Viagem ao redor do meu quarto*. Tradução de Armindo Trevisan. Prefácio de Marcelo Backes. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. 173 p.

MALARD, Leticia. *Hoje tem Espetáculo: Avelino Fóscolo e seu romance*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1987. 222 p.

_____. Avelino Fóscolo/A Capital. In: MUSEU ABÍLIO BARRETO. *Do arraial à Capital na visão de Avelino Fóscolo*. Belo Horizonte: 1990. 15 p.

MENDES, Oscar. Razões desta edição 1979. In: *A Capital*. 290 p.

MILDE, Jeanne Louise. *Força e Forma*. Belo Horizonte: [s.n.], 1984. 12 p. Catálogo de Exposição, março-junho, 1984, Museu Mineiro.

MOING, Monique Le. *A Solidão Povoada: uma biografia de Pedro Nava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. 355 p.

MORAIS FILHO, Evaristo. *Comte: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1978. 208 p.

MUMFORD, Lewis. *La cité a travers l'Histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1964. 781 p.

_____. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NAVA, Pedro. *Beira-Mar*. 2. ed. Rio de Janeiro: L. José Olympio Editora, 1979. 408 p.

NETTEMENT, Alfred. Les ruines morales et intellectuelles: méditations sur la philosophie et l'histoire. Apud. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.131.

A NOVA Capital. *Revista Geral dos Trabalhos – II* (da Comissão Constructora da Nova Capital), Rio de Janeiro: 261, ago. 1895.

A NOVA Capital do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. *Revista Geral dos Trabalhos – I* (da Comissão Constructora da Nova Capital), Rio de Janeiro, abr. 1895.

PELBART, Peter Pál. *A vertigem por um fio*: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000. 221 p.

PENNA, Octávio. *Notas cronológicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos Culturais, 1997. 276 p.

PESSOA, Fernando. *Ficções do interlúdio*, 1: poemas completos de Alberto Caiero. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1975. 156 p.

PLATON. *Oeuvres Complètes*. Tome XI (s^e partie). Les Lois: livres III-VI. Paris: Les Belles Lettres, 1951. p.736-779.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*: em busca do tempo perdido. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1948. 349 p.

RAMA, Angel. *La Ciudad Letrada*. Montevideo: Arca, 1998. 126 p.

REIS, Aarão. Belo Horizonte visto por quem lhe delineou o plano inicial. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul., 1926, p. 1.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens e vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 414 p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil – 1500/1720*. São Paulo: Pioneira, 1968. 235 p.

_____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1976. 211 p.

A REVISTA 1925/1926. Belo Horizonte: Typographia do Diário de Minas. Edição fac-similada. São Paulo: Metal Leve, 1978.

REY, Jean-Michel. *A comparação como trabalho de pensamento*. Belo Horizonte: Seminário na FALE/UFMG, 2006. (gravação e tradução da autora)

RIMBAUD, Arthur. *Poésies, Une saison en enfer, Illuminations*. Paris: Gallimard. 2. ed. 1984. 303 p.

O RIO DE JANEIRO DE PEREIRA PASSOS. Giovanna Rosso Del Brenna, organizadora. Rio de Janeiro: Index, 1985. 624 p.

RODRIGUES, Rita Lages. *Entre Bruxelas e Belo Horizonte*: Itinerários da escultora Jeanne Louise Milde. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003. 168 p.

ROWE, Colin; KOETTER, Fred. *Ciudad collage*. Colección Arquitectura y Crítica. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1981. 182 p.

SANTOS, Carlos Nelson Pereira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 196 p.

SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 190 p.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo: Walter Benjamin: Romantismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1999. 249 p.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República - 2ª Ed - São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 420 p.*

SILVEIRA, Álvaro Astolpho da. *Narrativas e memórias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1924. v. I.

ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: ed UERJ, 1999. 260 p.

TEULIÉRES, Roger. *Belo Horizonte: étude de géographie urbaine*. Saigon, Vietnam, Imp. Huong – van, 1961.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, 1962. p. 491.

VALÉRY, Paul. *Eupalinos ou o arquiteto – Eupalinos ou L'Architect*. Tradução de Olga Reggiani. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. 192 p.

VASCONCELOS, Mauricio Salles. *Rimbaud da América e outras iluminações*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000. 318 p.

VIEIRA, Ivone Luzia. Encontro marcado: Zina Aita e Jeanne Milde. In: *Jeanne Milde, Zina Aita: 90 anos*. Belo Horizonte: Museu de Arte de Belo Horizonte, 1990. 36 p.

WERNECK, Celso. *Reminiscências do Coletor Celso Werneck*. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto. [s.d.]. p. 52-58 e 194-209 (mimeo).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)